



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

MÃES E BEBÊS EM CÁRCERE E A REPERCUSSÃO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DA DÍADE: UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA

EMILLY GISSEL ALONSO BETETA

São Carlos 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

MÃES E BEBÊS EM CÁRCERE E A REPERCUSSÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA
DÍADE: UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA

EMILLY GISSEL ALONSO BETETA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional. Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional. Linha de Pesquisa: Promoção do Desenvolvimento Humano nos Contextos da Vida Diária.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

São Carlos, 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Emilly Gissel Alonso Beteta, realizada em 30/04/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim (UFSCar)

Profa. Dra. Mirela de Oliveira Figueiredo (UFSCar)

Profa. Dra. Heloisa Cristina Figueiredo Frizzo (UFTM)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

DEDICATORIA

A mi abuela Jeannette Coronado, que al no estar físicamente conmigo, siempre fue un motor importante para proyectarme en el Futuro.

A mis Padres: Boris Alonso y Lesbia Beteta, quienes son mi apoyo desde que nací e inculcaron en mi la perseverancia, los valores y la fortaleza necesarias para seguir adelante con mi propósito de ayuda a los que más necesitan y además por los muchos sacrificios que realizaron para que yo llegara a la culminación de esta maestría.

A Los Terapeutas Ocupacionales de Panamá por compartir experiencias valiosas laborales y personales que me hicieron crecer, y para que continúen investigando en beneficio de la profesión al servicio de nuestro país.

DEDICATÓRIA

Para minha avó Jeannette Coronado, que embora não esteja fisicamente comigo, sempre foi uma importante força motriz para que eu me projetasse no futuro.

Aos meus pais, Boris Alonso e Lesbia Beteta, que me apoiaram desde que nasci e me inculcaram a perseverança, os valores e a força necessários para seguir em frente com meu propósito de ajudar os mais necessitados e, também, pelos muitos sacrifícios que eles fizeram para que eu chegasse ao auge deste mestrado.

Aos Terapeutas Ocupacionais do Panamá por compartilharem trabalhos valiosos e experiências pessoais que me fizeram crescer e por continuarem pesquisando, em benefício da profissão, à serviço de nosso país.

AGRADECIMENTOS

En Primer Lugar, quiero agradecer a Dios por darme la sabiduría, perseverancia y darme las fuerzas necesarias para poder culminar con éxitos esta maestría.

A mis padres y a mi familia, por ser la motivación para lograr mis sueños y porque siempre creyeron en mí.

A PPGTO de la UFSCar, especialmente a mi orientadora Dra. Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim por proporcionarme comprensión, conocimiento y apoyo brindado durante estos dos años de orientación. El Apoyo financiero de (CAPES) que fue importante para desarrollar mi investigación.

A mis Profesoras Carla, Isabela, Mirela, Claudia, Thelma e Taís, del programa de posgraduación muchas gracias por compartir sus conocimientos y orientarme para desarrollar mis potencialidades en este campo.

A mis compañeros Bruna, Lucas, Julia, Viviana, Thais, Renata, Mônica gracias a apoyo, las reflexiones después de clases y el trabajo en equipo hemos llegado a la meta.

A mis hermanos de las naciones Latinas Michelle, Camilo M., Camilo V., Miguel por su cariño, comprensión y apoyo incondicional.

A mis amigos Claudia, Monica, Josselyn, Susana, Yasmin, Edwin y Julián por influir de manera positiva en mi vida, ayudándome a superar todos los obstáculos que se presentaron en el camino.

A Issac Guerrero, por ser esa mano amiga que necesite en momentos de incertidumbres, como también ser digno ejemplo de que debemos romper paradigmas, salir de nuestro confort y hacer aportes en nuestra profesión.

Mi familia adoptiva de Brasil Claudinei, Silvana, Cibele, Tati, Israel, Bruna, Ricardo Marlene, Manuel, por acogerme en su hogar como un miembro más de la comunidad Catecúmena.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a Deus por me dar sabedoria, perseverança e força para completar com sucesso este mestrado.

Aos meus pais e minha família, por serem a motivação para realizar meus sonhos e por sempre acreditarem em mim.

Ao PPGTO da UFSCar, especialmente, a minha orientadora Profa. Dra. Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim por me proporcionar compreensão, conhecimento e apoio durante estes dois anos de estudos e investigação.

Ao apoio financeiro da CAPES que foi importante para desenvolver minha pesquisa.

As minhas professoras Carla, Isabela, Mirela, Claudia, Thelma e Taís, do programa de pós-graduação, muito obrigada por compartilharem seus conhecimentos e me orientarem para desenvolver meu potencial neste campo.

Aos meus colegas de turma Bruna, Lucas, Júlia, Viviana, Thais, Renata e Mônica, graças ao seu apoio, as reflexões após a aula e ao trabalho em equipe, alcançamos nosso objetivo.

Aos meus irmãos e irmãs das nações latinas Michelle, Camilo M., Camilo V. e Miguel, por seu amor, compreensão e apoio incondicional.

Aos meus amigos Claudia, Mônica, Josselyn, Susana, Yasmin, Edwin e Julian, por terem uma influência positiva em minha vida, ajudando-me a superar todos os obstáculos que surgiram no meu caminho.

A Issac Guerrero, por ser essa mão que preciso em tempos de incerteza, além de ser um exemplo digno de que devemos quebrar paradigmas, deixar nosso conforto e fazer contribuições em nossa profissão.

A minha família adotiva do Brasil Claudinei, Silvana, Cibele, Tati, Israel, Bruna, Ricardo, Marlene e Manuel, por me acolherem em sua casa como mais um membro da comunidade Catecumenal.

“...Tú debes ser el cambio que deseas ver en el mundo...

Mahatma Gandhi”

“Soñar el futuro es aprender a responder no solo para qué vivo,
sino para quién vivo, para quién vale la pena gastar mi vida”

Papa Francisco

RESUMO

ALONSO, E. G. B. Mães e bebês em cárcere e a repercussão sobre o desenvolvimento da díade: um estudo de revisão integrativa. 2021. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade de São Carlos, São Carlos, 2021

A prisão traz consigo uma série de consequências não apenas para o desenvolvimento dos presos, especialmente no caso de mulheres mães, mas também para o desenvolvimento de seus filhos, que são as vítimas invisíveis do sistema penal. A presente pesquisa desenvolveu-se por meio de uma revisão integrativa de uma literatura que objetivou compreender o contexto prisional e suas implicações em relação às mães e seus bebês na situação de encarceramento. Foram acessadas as seguintes fontes de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), U. S. National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed), Scopus, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e American Psychological Association (PsycINFO), no período de julho até outubro do 2019. Como resultado da busca, foram selecionados 20 artigos que aderiram à temática e aos critérios de inclusão. Os dados foram estudados por meio de análise de conteúdo na modalidade temática e estão delineados em três categorias: **1. Implicações da prisão na maternidade**, Refere-se à maternidade como um sinal de esperança e força para sobreviver à rotina da prisão; **2. Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela**, Apresentação das condições em que a criança vive, as quais poderão repercutir no seu equilíbrio emocional, no desenvolvimento físico e habilidades e, também, nas aprendizagens ao longo da vida; **3. Violação dos direitos humanos da mãe e da criança**, Demonstração dos centros prisionais como “armazéns” humanos, onde a violação dos direitos humanos de mães e crianças se aprofunda. Os resultados apontam que a vivência da mãe e do bebê no ambiente prisional é permeada por sofrimentos e limitações que afetam o desenvolvimento dessa díade sob diversos aspectos. O presente estudo pode contribuir com a produção de conhecimento acerca da assistência oferecida às mães e seus filhos no contexto do encarceramento, no sentido de permitir o melhor desenvolvimento de seus papéis.

RESUMEN

ALONSO, E. G. B. Madres y bebés en prisión y las repercusiones en el desarrollo de la díada: un estudio de revisión integrativa. 2021. Disertación (Maestría en Terapia Ocupacional) - Universidad de São Carlos, São Carlos, 2021

La prisión trae consigo una serie de consecuencias no sólo para el desarrollo de las presas, especialmente en el caso de las madres, sino también para el desarrollo de sus hijos, que son las víctimas invisibles del sistema de justicia penal. La presente investigación se desarrolló a través de una revisión integrativa de la literatura que tenía por objeto comprender el contexto penitenciario y sus implicaciones en relación con las madres y sus bebés en situación de encarcelamiento. Se accedió a las siguientes fuentes de datos Biblioteca Virtual de Salud (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), U. S. National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed), Scopus, Scientific Electronic Library Online (SciElo) y American Psychological Association (PsycINFO), en el periodo de julio a octubre de 2019. Como resultado de la búsqueda, se seleccionaron 20 artículos que se ajustaban al tema y a los criterios de inclusión. Los datos fueron estudiados a través del análisis de contenido en la modalidad temática y se esquematizan en tres categorías: **1. Implicaciones de la cárcel en la maternidad** se refiere a la maternidad como un signo de esperanza y fuerza para sobrevivir a la rutina carcelaria, **2. Creciendo y viviendo en la cárcel o fuera de ella** presenta las condiciones en las que vive el niño, que pueden repercutir en su equilibrio emocional, en su desarrollo físico y en sus habilidades, así como en el aprendizaje a lo largo de la vida, y **3. Violación de los derechos humanos de la madre y el niño** que muestra los centros penitenciarios como "almacenes" humanos donde se profundiza la violación de los derechos humanos de las madres y los niños. Los resultados indican que la experiencia de la madre y el bebé en el entorno penitenciario está impregnada de sufrimiento y limitaciones que afectan al desarrollo de esta díada en varios aspectos. Este estudio puede contribuir a la producción de conocimiento sobre la asistencia ofrecida a las madres y a sus hijos en el contexto del encarcelamiento, para permitir un mejor desarrollo de sus roles.

ABSTRACT

ALONSO, E. G. B Mothers and babies in prison: repercussions on dyad development: an integrative review study. 2021. Dissertation (Masters in Occupational Therapist) – University of São Carlos, São Carlos, 2021.

Prison brings with it a series of consequences not only for the development of female prisoners, especially in the case of mothers, but also for the development of their children, who are the invisible victims of the criminal justice system. The present research was developed through an integrative literature review aimed at understanding the prison context and its implications in relation to mothers and their infants in incarcerated situations. The following data sources were used Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), U. S. National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed), Scopus, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e American Psychological Association (PsycINFO) for the period July to October 2019. As a result of the search, 20 articles were selected that matched the topic and the inclusion criteria. The data were studied through content analysis in the thematic modality and are schematized into three categories: **1. Implications of prison in motherhood** refers to motherhood as a sign of hope and strength to survive the prison routine, **2. Growing up and living in prison or outside it** that presents the conditions in which the child lives, which can have an impact on their emotional balance, physical development and skills, as well as lifelong learning, and **3. Violation of the human rights of the mother and the child** which shows penitentiary centers as human "warehouses" where the violation of the human rights of mothers and children is deepened. The results indicate that the experience of mother and baby in the prison environment is permeated with suffering and limitations that affect the development of this dyad in several aspects. This study can contribute to the production of knowledge on the assistance offered to mothers and their children in the context of incarceration, to allow a better development of their role.

Lista de Figuras

Figura 1. Etapas da Revisão integrativa43

Figura 2. Diagrama dos resultados da pesquisa bibliográfica.....50

Lista de Quadros

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.....	45
Quadro 2. Estratégias e expressões de busca e as fontes utilizadas.....	466
Quadro 3. Artigos selecionados após as etapas de busca e avaliação.	52
Quadro 4. Anos de publicação dos artigos.....	61
Quadro 5. Língua da publicação.....	61
Quadro 6. Área da publicação.....	62
Quadro 7. Revistas dos artigos selecionados.....	63
Quadro 8. Os temas emergidos da análise temática.....	64
Quadro 9. Estudos que compuseram os temas.....	65

Lista de Gráficos

- Gráfico 1.** Evolução das mulheres privadas de liberdade – Brasil/Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2017)**24**
- Gráfico 2.** Etnia/cor das mulheres privadas de liberdade – Brasil/Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (BRASIL, 2017)**25**
- Gráfico 3.** Informações prisionais dos países com maior população prisional feminina /Fonte: Infopen/Depen, 2016, elaborado pela FGV DAPP.....**27**
- Gráfico 4.** Distribuição por gênero dos crimes consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo de pena/Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Jun/2017.....**28**
- Gráfico 5.** Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero /Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias –Infopen, Jun./2017.....**32**
- Gráfico 6.** Número total de filhos daquelas mulheres que estão no Sistema Penitenciário Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017....**35**

Sumário

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21
Sociologia de um sistema prisional	21
1.1 Mulheres na Prisão.....	26
1.2 Mães na prisão.....	34
1.3 Crianças nas prisões	36
2.OBJETIVO.....	41
2.1 Objetivo Geral	41
2.2 Objetivo Específico.....	41
3.METODOLOGIA.....	41
3.1. Tipo de estudo.....	41
3.2.1 Etapa No. 1 Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa	43
3.2.2 Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.....	44
3.2.3 Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados	45
3.2.4 Categorização dos estudos selecionados	48
3.2.5 Análise e interpretação dos resultados.....	59
3.2.6 Apresentação da Revisão/síntese do conhecimento.....	60
4.RESULTADOS QUANTITATIVOS.....	61
4.1Caracterização descritiva e numérica dos 20 artigos selecionados.....	61
5.1 RESULTADOS QUALITATIVOS.....	63
Categoria 1: Implicações da Maternidade na prisão	65
5.1.1 O Cotidiano vivenciado na prisão.....	65
5.1.2 Desintegração Familiar.....	67

5.1.3 Sentimentos das mães.....	67
Categoria 2: Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela.....	68
5.2.1 Benefício de conexão mãe-filho.....	69
5.2.2 A prisão um lugar inadequado para o desenvolvimento da criança.....	72
5.2.3 Diversas mudanças no desenvolvimento e evolução da criança.....	72
Categoria 3: Violação dos direitos humanos da mãe e da criança.....	73
6.DISSCUSSÃO.....	80
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

APRESENTAÇÃO

Me nace la inquietud de profundizar mis estudios a raíz de asistir al XII congreso latinoamericano (CLATO) y I congreso mexicano de terapia ocupacional realizado en México en el 2017, en el cual se aborda el tema penitenciario y la terapia ocupacional, que siembra en mi la necesidad de investigar y ampliar más mi conocimiento en este ámbito de la terapia ocupacional.

Luego de graduarme sigo buscando esa posibilidad de prepararme, ya que en mi país es poca la investigación sobre esta área. Después de hacer los trámites correspondientes en la Universidad Especializada de las Américas (UDELAS) a través de un correo obtengo información de prosperar en mis estudios superiores y participo de este ofrecimiento, con el deseo de ganarme la beca. Al llenar los datos mi esperanza y mi fe se apoderaron de mi mente en espera de resultados óptimos, fueron cinco largos meses de incertidumbre y el día 20 de noviembre recibo la confirmación de esta gran oportunidad.

Después que tuve la aprobación empieza un reto en el cual implicaba prepararme en el idioma, información del país, la universidad en la cual iba asistir y así como la estadía. Llegué a este país con el sueño de acreditarme en el desarrollo de mi profesión en diferentes ámbitos a través de la lectura e investigación constante pese a la adaptación climatológica, el aprender a convivir y desenvolverme sola en un país lejano, nunca desistí en desaprovechar esta gran oportunidad donde visualizaba el acreditarme en la maestría de terapia ocupacional.

Dentro del campo académico y con la orientación de los profesores pude conocer una gama de diversas opciones las cuales todas eran de interés y poco desarrolladas en mi país. Tenía en mente proyectar los estudios o investigaciones que había realizado en mi formación académica a través de los siguientes proyectos como: la importancia de la ludoterapia como proceso de rehabilitación para pacientes quemados, la implementación de la terapia ocupacional en pacientes oncológicos pediátricos y por último la inserción a la sociedad de personas privadas de libertad.

A través de la investigación, conocimientos y experiencias brindadas decido inclinar mi estudio en “Mães e bebês em cárcere: repercussão sobre o desenvolvimento da díade”, un campo poco conocido y desarrollado en mi país, el cual me impacto mucho y que tendrá aportes significativos tanto para mi país como a nivel de la Terapia Ocupacional. Siendo el tema predilecto de este trabajo de campo investigativo, el cual me llevara acreditarme en la maestría de terapia ocupacional.

APRESENTAÇÃO

Nasceu em mim a preocupação de aprofundar meus estudos, como resultado de minha participação no XII Congresso Latino-Americano (CLATO), e do I Congresso Mexicano de Terapia Ocupacional, realizado no México, em 2017, que abordaram a questão da prisão e da terapia ocupacional, o que semeou em mim a vontade de investigar e ampliar meus conhecimentos nesta área da terapia ocupacional.

Depois de me formar, ainda estava procurando esta possibilidade de me aprofundar nesta questão, já que em meu país há pouca pesquisa nesta área. Após fazer os procedimentos correspondentes na Universidade Especializada das Américas (UDELAS), através de um e-mail recebo informações para prosperar em meus estudos superiores e participei desta oferta, com o desejo de ganhar a vaga. Ao preencher os dados, minha esperança e fé tomou conta de minha mente, esperando por resultados positivos. Foram cinco longos meses de incerteza, e no dia 20 de novembro, recebi a confirmação desta grande oportunidade.

Após obter a aprovação, começou um desafio no qual eu tinha que me preparar no idioma, informações sobre o país, sobre a universidade onde eu iria frequentar, e sobre a minha estadia. Cheguei a este país com o sonho de me capacitar para o desenvolvimento de minha profissão em diferentes áreas, por meio de leituras e pesquisas constantes. Apesar da adaptação ao clima, aprendendo a viver e me desenvolver sozinha em um país distante, nunca desisti desta grande oportunidade, onde me visualizei cursando o mestrado em terapia ocupacional.

Dentro do campo acadêmico, e com a orientação de professores, pude aprender sobre uma gama de opções diversas que eram todas interessantes, e pouco desenvolvidas em meu país. Eu tinha em mente projetar os estudos ou pesquisas que havia feito em minha formação acadêmica através dos seguintes projetos: a importância da terapia lúdica como processo de reabilitação de pacientes queimados, a implementação da terapia ocupacional em pacientes oncológicos pediátricos, e, finalmente, a inserção na sociedade de pessoas privadas de liberdade.

Buscando conhecimentos em pesquisas, e trocando experiências, decidi focar meu estudo sobre mães e bebês na prisão e a repercussão no desenvolvimento da díade, um campo pouco conhecido e desenvolvido em meu país, que me impactou muito e que terá contribuições significativas tanto para meu país quanto em nível da terapia ocupacional. Sendo, então, esse o tema escolhido para ser desenvolvido como minha pesquisa, o que me levará à conclusão do mestrado em terapia ocupacional.

INTRODUÇÃO

Sociologia de um sistema prisional

A sociologia da prisão explica o que é esta instituição e como ela funciona. Além de ser uma organização formal, é um lugar onde mulheres e homens (que chegam lá, condenados por certos crimes), vivem desprendidos do mundo em liberdade, ou seja, vivem isolados do resto da sociedade (RODRÍGUEZ, 2014).

Como Source define em seu livro:

A prisão é uma instituição que deve enfrentar/encarar certas obrigações que carrega ao ter pessoas privadas de liberdade, atrás das grades e punições, e deve fazê-lo de forma controlada, organizada, acordada e coerente. Por conta desse objetivo, as prisões acabam se concentrando única e exclusivamente nos conceitos de ordem e regras, ignorando outros aspectos que considero mais importantes, como a reabilitação, a reintegração, a evolução pessoal ou a adaptação. (Rodríguez; De la Fuente, 2007, p.283).

Segundo Foucault (2003), a prisão é uma instituição, cuja origem e história não apresenta posições e datas específicas. Sabe-se que surgiu com o Iluminismo, fora do sistema judiciário, mas não foi neste período que foram criadas as maneiras de distribuir e classificar criminosos em potencial, objetivando converter aqueles que cometeram certos atos em pessoas "dóceis e úteis" para a sociedade, através de punição física (FOUCAULT, 2003).

Certamente, os primeiros centros de encarceramento foram o resultado da combinação de asilos em que aqueles que eram considerados "perigosos" foram punidos, com as masmorras em que os condenados aguardavam sua execução (RODRÍGUEZ; DE LA FUENTE, 2007, p.281).

Martinez (2016) afirma que a prisão é uma instituição questionada a partir de diferentes espaços políticos, tradições e disciplinas, onde o paradigma da ressocialização foi revelado como uma falácia ou um mito. Para o autor, a pena, na melhor das hipóteses, é um mal em si (MARTÍNEZ, 2016).

Nesse sentido, os danos causados pela própria prisão são complementados por evidências de violência estrutural nos locais de confinamento, condições indignas de detenção, situações de maus-tratos e tortura. Portanto, as consequências da pena de prisão excedem, em muito, seus efeitos intrínsecos e abrangem todos os aspectos da vida das pessoas detidas. Quando se ouve a história de alguém que passou pelo confinamento, fica evidente que a prisão deixa marcas indeléveis no sujeito, e no seu grupo familiar (GRAZIOSI, 2016).

No caso das mulheres, há um impacto diferenciado, atrelado ao papel que na maioria das vezes desempenham, caracterizado pela manutenção dos laços familiares, pelo cuidado na educação dos filhos e com os demais familiares. Esse papel social faz com que as mulheres sofram mais os efeitos do confinamento, pois significa o desmembramento do grupo familiar e seu distanciamento (TEJERA, 2016).

Entretanto, no caso das detentas que são mães, o encarceramento torna-se mais sério para elas e seus filhos. A destruição do vínculo mãe-filho constitui uma "pena" adicional à sentença de reclusão, sendo que isso também transcende às crianças (VARELA, 2014).

Não obstante a essa situação, segundo alguns autores, é fundamental prestar atenção também às circunstâncias nas quais os filhos menores de 4 anos vivem com as mães na prisão. Não há dúvida de que a prisão é um lugar absolutamente inadequado para a educação dos filhos, e que têm graves consequências no desenvolvimento de suas habilidades físicas, mentais e afetivas. Por outro lado, nos casos em que os filhos são separados das mães, os efeitos não são menos perniciosos (MORENO; BALLESTEROS; ALMEDA, 2013).

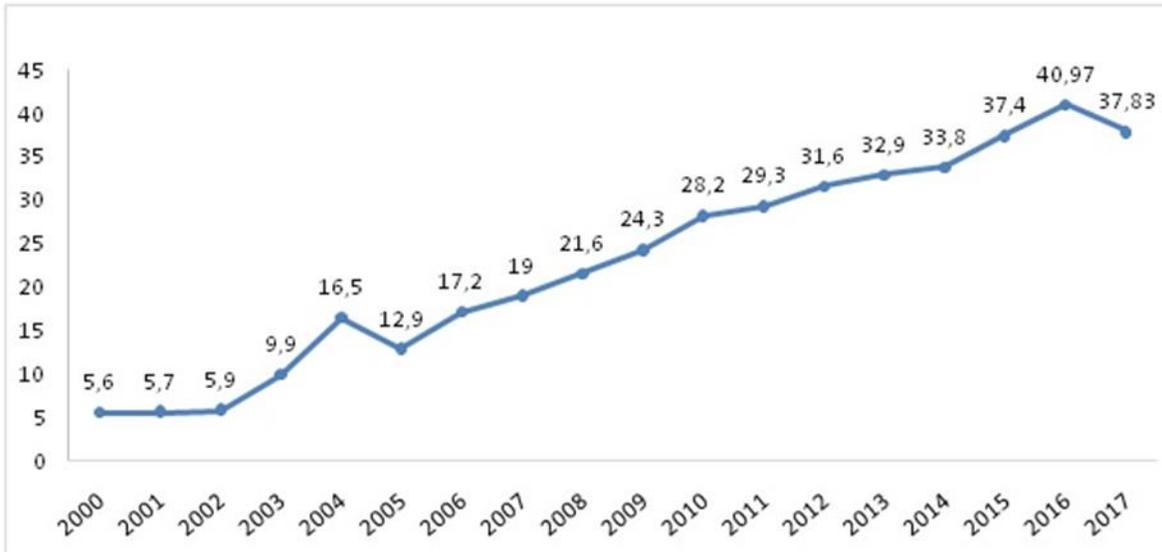
Mondragon (2017) afirma que quando uma mulher é presa, o vínculo mãe-filho pode muitas vezes ser rompido, e leva as crianças a crescerem sem os cuidados e supervisão de suas mães, deixando-as muitas vezes sob os cuidados de outros parentes ou instituições, o que pode levar a uma ruptura definitiva do vínculo entre mãe e filho.

Essas crianças, segundo o autor, não só são privadas de liberdade - considerada uma das mais graves violações dos direitos humanos a que uma pessoa pode ser

submetida - mas, com isso, estão condenadas a crescer em um ambiente insalubre, marcado pela violência, o crime e a corrupção que reinam nas prisões (MONDRAGON, 2017).

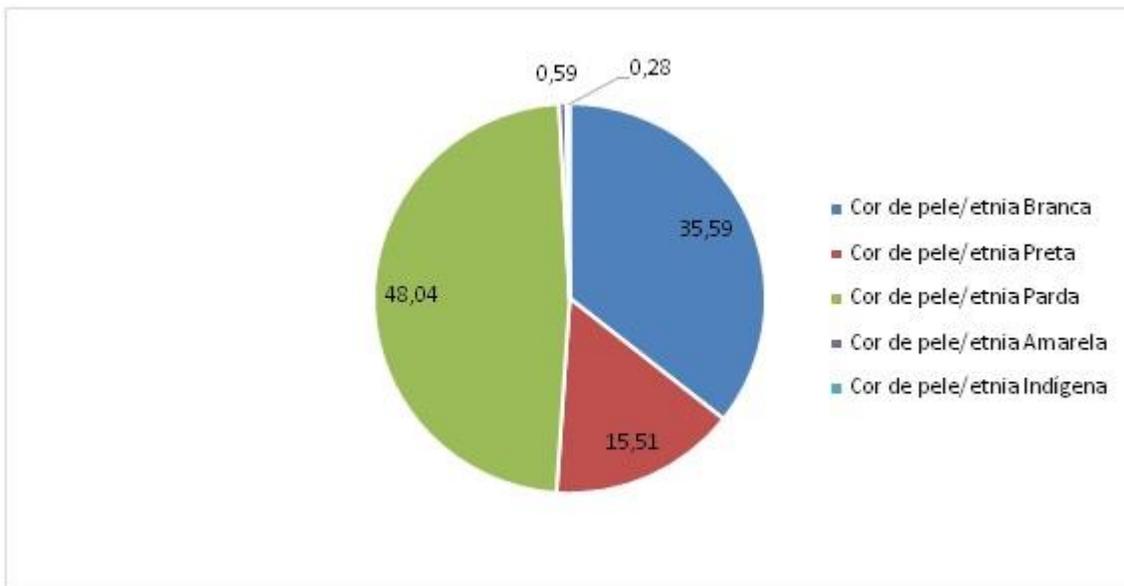
Nas últimas décadas, os direitos das mulheres encarceradas e de seus filhos em cárcere vêm sendo lentamente adquirindo mais visibilidade pelas autoridades políticas e também pela sociedade civil (SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO [SEED], 2012). Os seguintes documentos legais, a Constituição da República Federativa (1988), a Lei de Execução Penal (1984), o ECA (1990) e as Regras de Bangkok (2010) garantem benefícios na manutenção da relação entre filhos e mães dentro do cárcere, e a análise, a partir desses documentos, ou da literatura já disponível, da compatibilidade entre a teoria e sua prática efetiva, pode possibilitar alternativas viáveis diante dos possíveis impasses existentes.

O aumento da população carcerária feminina é um fenômeno observado em todos os continentes. Existem mais de 714 mil mulheres em prisões no mundo, o que representa um crescimento de 53% desde o ano de 2000 (WORLD FEMALE IMPRISONMENT LIST, 2017). Porém, no Brasil, é ainda mais grave, já que o número de mulheres em situação de cárcere aumentou para o número de 37.828 detentas no fim de 2017, conforme o Gráfico 1, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2017, p. 10). Os números representam um crescimento na taxa de aprisionamento feminino 5,4 vezes maior que os dados de 2000.

Gráfico 1: Evolução das mulheres privadas de liberdade – Brasil (2000/2017)

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2017, p. 10)

Ainda, o perfil da mulher encarcerada no Brasil, segundo dados do Infopen Mulheres, no que tange à faixa etária das presidiárias referem que 25,22% possuem entre 18 a 24 anos e 22,11% entre 25 a 29 anos, ou seja, 47,33% da população carcerária feminina é jovem. No entanto, o recorte racial é ainda mais revelador, sendo que 63,55% se declaram negras (somatório entre pardas e pretas), enquanto apenas 35,59% se declaram brancas (dados de 2017), como pode ser visto no Gráfico 2. Comparando esses números ao da população negra no Brasil, no mesmo ano, estimada em 55,4%, é possível perceber a representação da população negra no sistema prisional brasileiro (BRASIL, 2017).

Gráfico 2: Etnia/cor das mulheres privadas de liberdade – Brasil – jun/2017

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (BRASIL, 2017)

Vários estudos realizados no Brasil e em outros países revelam o aumento do número de mulheres cada vez mais jovens em idade fértil que vivenciam a maternidade atrás das grades, e estabelecem a relação com seu filho nesse ambiente (MUZIK, 2013).

Um levantamento relativo à maternidade no Brasil, em 2008, constatou que 1,24% das mulheres presas encontravam-se grávidas, e somente 27,45% dos estabelecimentos penais, exclusivos para mulheres, contavam com estrutura específica para acomodá-las. Assim como, as mulheres, que estavam em período de amamentação 0,91%, possuíam filhos em sua companhia. O tempo que os filhos permaneciam com as mães variava conforme o Estado – de quatro meses a sete anos (DEPEN, 2008).

Não obstante, a Lei de Execução Penal (1984), no art. 83, § 2º, ordena a inclusão de berçários nos estabelecimentos penais destinados a mulheres, para que possam amamentar os filhos, mas na realidade, de acordo com dados do DEPEN (2012) somente 19,61% dos estabelecimentos penais femininos tinham berçários ou estruturas separadas das galerias prisionais equivalentes. Segundo esses mesmos dados, em 80,39% dos casos, as mães passavam o período integral com as crianças. Com relação às creches, constatou-se que somente 16,13% dos estabelecimentos penais do país

dispunham desse tipo de estrutura e que o espaço, na grande maioria, era restrito à própria cela, com a improvisação das acomodações. Até o ano 2012, o país possuía apenas 192 leitos em creches e berçários (DEPEN, 2012).

De acordo com Carvalho (2014), a história das prisões mostra que as penitenciárias foram construídas para a população masculina, não atendendo às necessidades e as particularidades das mulheres, muito menos das mulheres-mães, que precisam de um tratamento diferenciado quanto à saúde, seja no que se refere a ginecologia e acompanhamento obstétrico pré-natal, ao parto, e, por fim, ao puerpério (CARVALHO, 2014).

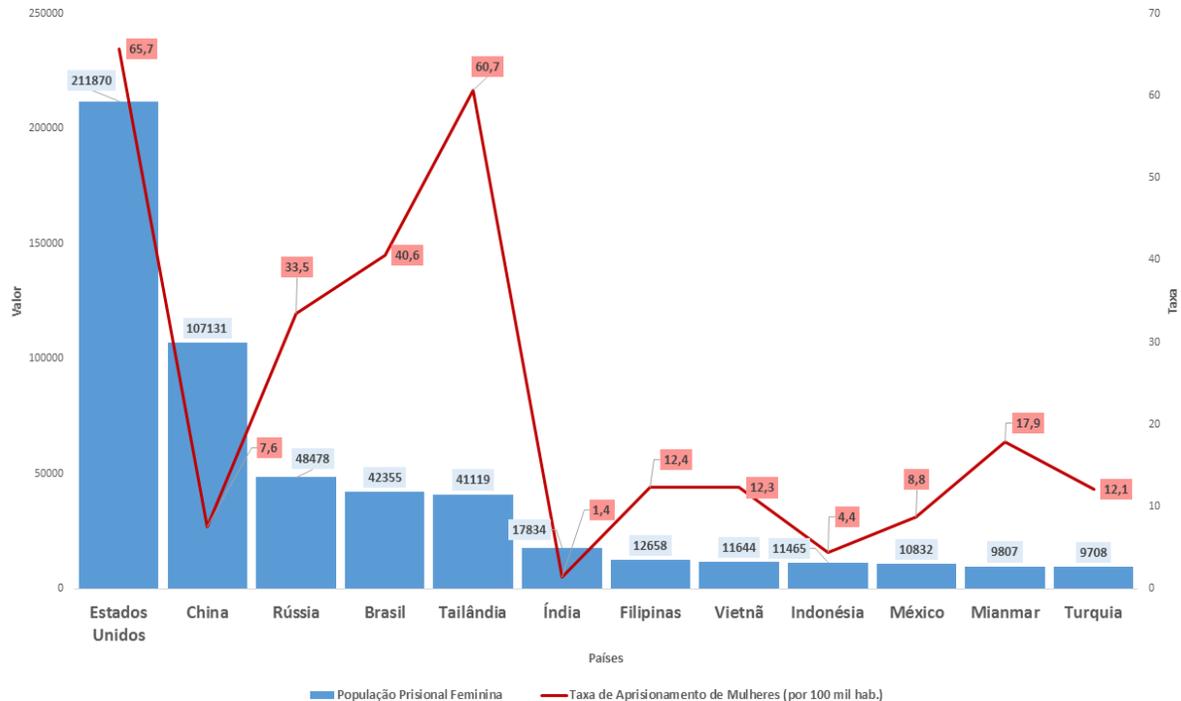
1.1 Mulheres na Prisão

Na prisão, os problemas da mulher incluem dois aspectos diferentes com significados diferentes: a condição [de gestante] em que a mulher se encontra, e o fato de estar encarcerada, esses dois aspectos estão inter-relacionados e, normalmente, não podem ser separados. Cada uma das mulheres apresenta características pessoais e sociais diferentes, que determinarão a forma como ela se desenvolverá dentro deste ambiente (MELO, 2015).

A Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) produziu um levantamento, em 2016 sobre o encarceramento feminino no Brasil com base nos dados do Sistema Penitenciário Nacional. Os dados mostram que o Brasil é, proporcionalmente, o quarto país com a maior população carcerária feminina do mundo, atrás da Rússia (3º), Tailândia (2º) e dos Estados Unidos (1º).

A título de ilustração, o Gráfico 3, a seguir, desenvolvido no estudo sobre o encarceramento feminino, apresenta a lista dos países com maior número de mulheres encarceradas no mundo (Diretoria de Análise de Políticas de Públicas da Fundação Getúlio Vargas - FGV DAPP, 2016).

Gráfico 3: Informações prisionais dos países com maior população prisional feminina (Janeiro/2016 a Março/2016, por taxa da população feminina residente)



Fonte: Infopen/Depen, 2016, elaborado pela FGV DAPP.

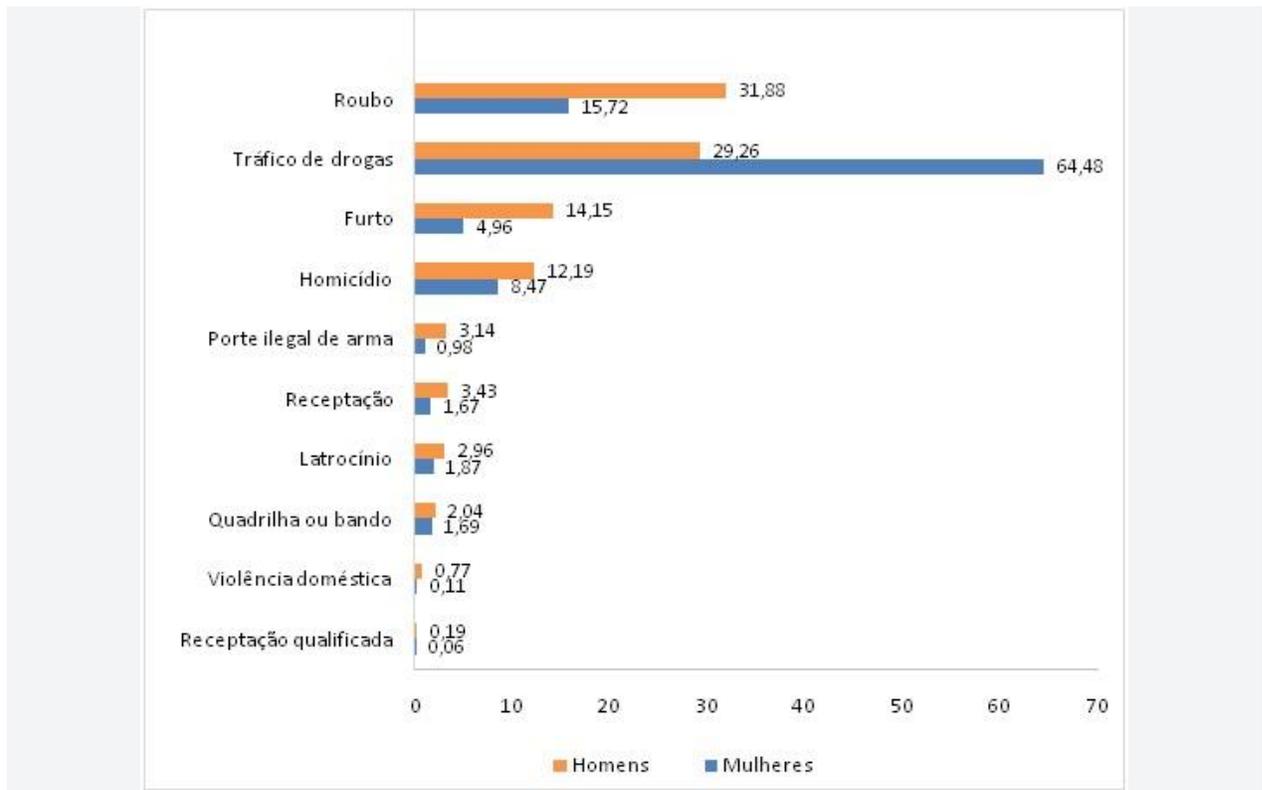
De acordo com estudo, o crime de tráfico de drogas é, atualmente, o principal responsável pelas prisões de mulheres no país (RUEDIGER; SANCHES, 2018).

Para Cortázar, o aumento de mulheres detidas por crimes relacionados ao tráfico de drogas não é acidental, pois é uma atividade que lhes permite continuar desempenhando os papéis de mãe, esposa e avó, já que para isso, não precisam sair de casa, o que lhes permite participar de tarefas domésticas e cuidar de crianças ou netos (CORTÁZAR et al., 2015).

O Gráfico 4, a seguir, mostra a distribuição por gênero dos crimes, entre os registros das pessoas privadas de liberdade, desenvolvido também pelo estudo sobre o encarceramento feminino, (Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas - FGV DAPP, 2016).

Os dados indicam que entre as mulheres prevalece a prisão por tráfico de drogas – aproximadamente 64%, muito distante do crime de roubo, que figura como segundo delito que ocasiona mais prisões, com aproximadamente 15% dos casos. A título de comparação, já entre os homens, prevalece o crime de roubo (aproximadamente 32%), seguido pelo crime de tráfico de drogas (aproximadamente 29%) (BRASIL, 2017).

Gráfico 4: Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo de pena – Brasil (2017)



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Jun./2017.

De acordo com Helpes (2014) os delitos relacionados ao tráfico de drogas representam 44% das mulheres presas na América Latina, devendo ser considerado que as mulheres não são, única e somente, encaminhadas para o tráfico pelos seus maridos e companheiros. Muitas vezes, afirma o autor, foi a miséria e a gana de melhorar a condição financeira que as conduziram ao mundo das drogas (HELPEs, 2014, p.145).

Como mencionado, de acordo com Del Olmo (2007), o tráfico de drogas e entorpecentes pode ser visto para as mulheres, como uma oportunidade de ascensão social, de complementar a renda e de estar presente em casa, desempenhando os papéis tradicionais de cuidado, em especial, de criação dos filhos, visto que lhes permite trabalhar sem se ausentarem por longos períodos do lar (GERMANO et al., 2018).

Sob outra análise, o estudo realizado por Carvalho (2014) relaciona o envolvimento das mulheres no tráfico com a influência exercida por namorados e maridos do meio criminoso. Estas acabam por cumprir pena em decorrência de funções de menor importância, como a de empacotadoras, o que as torna mais vulneráveis dentro do tráfico e com maiores chances de serem detidas (CARVALHO, 2014).

De qualquer forma, ao ingressarem no sistema prisional, as mulheres enfrentam outros problemas de maior complexidade, problemas esses atrelados ao gênero, o que torna o encarceramento ainda mais custoso a elas. Como assinala Diniz “[...] o presídio é uma máquina de abandono para a qual os sentidos da violência são múltiplos” (GERMANO et al., 2018, p.210).

A violência que as mulheres sofrem na prisão tem materialidade variada. Há violência explícita, como, por exemplo, quando mulheres foram obrigadas a parir algemadas. Há as menos óbvias, como, por exemplo, a arquitetura prisional, já que apenas 14,2% das unidades prisionais que recebem mulheres possuem um espaço reservado para gestantes e lactantes, 3,2% tem berçário ou centro de referência materno-infantil e somente 0,66% possuem creche (dados do ano 2017) (INFOPEN, 2019).

Outros problemas referem-se ao acesso restrito a produtos de higiene feminina e a tratamentos médicos e serviços especializados em saúde da mulher (GERMANO et al., 2018). Porém, a discriminação contra as mulheres não começa atrás das grades, mas tem sua origem muito antes, em sua liberdade, na sociedade. Como explica Yagüe, “a vida de uma mulher pode estar cheia de fatores discriminatórios com base no sexo. Primeiro, no campo da família, quando o cuidado das crianças e da família em geral, ou o apoio à economia dessa família recai sobre o sexo feminino” (OLMOS, 2007).

Junto a tudo isso, quando uma mulher com algumas ou mesmo com todas essas características entra na prisão, sente-se culpada, com angústia, e também preocupada, não apenas por si mesma, mas por seus parentes e parceiros. Isso gera na mulher uma atitude que a prejudica, no desenvolvimento de sua vida na prisão (CONTRERAS, 2018).

Assim, fica claro que “as mulheres são diferentes e vivem de forma diferente na prisão, e é por isso que medidas específicas devem ser promovidas”, e é por isso também que deve haver um sistema especial e específico para tratar mulheres presas em nossas prisões. Um sistema que leva em consideração que o sexo de uma pessoa a diferencia e requer, portanto, um tratamento diferente (YAGÜE, 2007).

1.2 Perspectiva de gênero no ambiente penitenciário

A perspectiva de gênero é a que aponta as desigualdades, que foram construídas e pré-definidas em nossa sociedade, sob a forma de papéis sociais hierárquicos entre mulheres e homens. Essa perspectiva constitui relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e, ao mesmo tempo, uma forma primária de relações significativas entre mulheres e homens (SCOTT, 1996 p 289).

Para melhor entendimento, deve-se diferenciar sexo e gênero: o sexo é entendido como as características biológicas (órgãos genitais e características fisiológicas e anatômicas) pelas quais diferenciamos os animais entre macho e fêmea. Entende-se gênero, conceito presente no movimento feminista, desde os anos 1970, como as construções sociais baseadas nos sexos biológicos, os comportamentos, papéis e atividades que são pré-estabelecidos como adequados e apropriados para homens ou mulheres, diferenciando-os entre masculino e feminino.

De fato, desde o texto seminal de Lombroso e Ferrero (1898) sobre a mulher infratora, no qual eles argumentam que a mulher criminosa está mais próxima do homem do que da mulher normal, a dúvida sobre a identidade da mulher infratora anda de mãos dadas com a punição que ela recebe. Isto porque, historicamente, os regimes prisionais, concebidos e destinados aos homens, trataram as mulheres como se elas fossem prisioneiras (masculinas).

No entanto, ao mesmo tempo, os regimes prisionais, aos quais as mulheres são submetidas, são muitas vezes mais severos, repressivos e discriminatórios, pois se baseiam em ideologias e concepções de feminilidade que tendem a prevalecer na sociedade (CLASTRES, 2004).

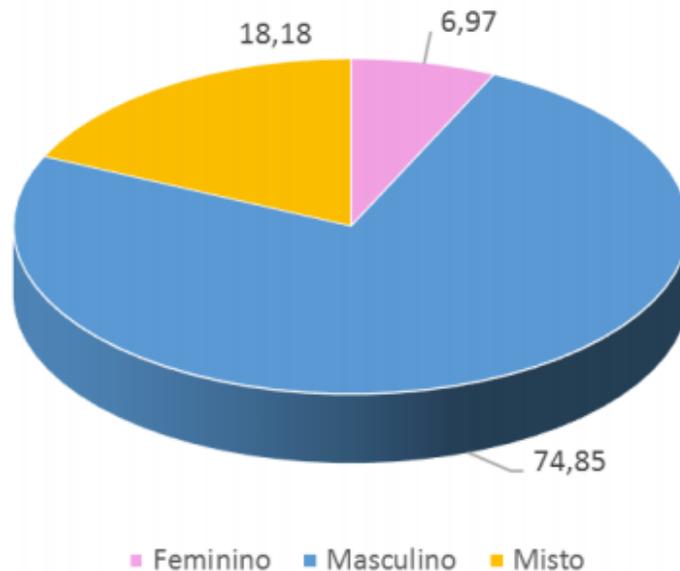
Os estereótipos culturais e sociais dominantes retratam as mulheres criminosas como perversões da natureza feminina. De acordo com Carlen e Worrall (2004), tais estereótipos têm sido, tradicionalmente, baseados em três concepções básicas. Primeiro, a percepção de que o comportamento criminoso é, principalmente, uma atividade masculina, de modo que as mulheres são duplamente culpadas: violam tanto a lei criminal quanto sua feminilidade; ao mesmo tempo, são más cidadãs e más mulheres (CARLEN; WORRALL, 2004 p. 61).

Segundo a tendência de "patologizar" e "medicalizar" as mulheres privadas de liberdade, que muitas vezes são vistas como menos robustas, física e, especialmente mentalmente, do que os homens (CARLEN; WORRALL, 2004 p. 61). E terceiro, nas prisões, há uma tendência de reafirmar o papel estereotipado, atribuído socioculturalmente às mulheres, que é associado às tarefas domésticas (tais como cozinhar, lavar e limpar) e de não promover sua autonomia, através da especialização no trabalho, da atividade física diária e do desenvolvimento cultural, que são mais comuns em cárceres masculinos (CARLEN; WORRALL, 2004 p. 61).

Além disso, as instituições penitenciárias foram criadas por homens para punir outros homens, e, na sua origem, não levava em conta que as mulheres também deveriam ser punidas, se cometessem crimes (YAGÜE, 2007).

O Gráfico 5, a seguir, apresenta a destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero no Brasil.

Gráfico 5: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Jun/2017.

É possível observar, a partir do apresentado no Gráfico 5, a tendência já expressa em levantamentos anteriores realizados pelo Infopen (SANTOS, 2017; MOURA, 2018), de que grande parte dos estabelecimentos penais foram construídos para custodiar o público masculino.

De todas as unidades cadastradas no Infopen, 74,8% destas destinam-se aos homens, 6,9% as mulheres e outros 18,1% são destinadas a ambos os públicos, havendo alas/celas destinadas para o aprisionamento de mulheres (BRASIL, 2017).

Objetivamente falando, as mulheres sofrem a dupla penalização institucional e social pelo simples fato de pertencerem ao sexo feminino da população (MELIS, 2010).

As mulheres são tratadas de forma diferente em termos das condições físicas da prisão, como o número de celas e os espaços utilizados. Portanto, em número e dimensões, e, também, em termos das características da instituição, pelo fato de não haver diferentes módulos de acordo com as classificações dos delitos. No entanto, isso é considerado vital para os homens, para seu próprio aperfeiçoamento e progresso na reabilitação (YAGÜE, 2007).

Outra área destacável, na qual a desigualdade se manifesta, é o oferecimento de oficinas para reabilitação, desenvolvidas na prisão. Nas prisões femininas elas são frequentemente destinadas para o desenvolvimento de habilidades e atitudes que são consideradas específicas às mulheres (DEVLIN,1998).

Neste sentido, algumas oficinas realizadas na penitenciária também servem para perpetuar os papéis de gênero, pois, como explica Yagüe (2007, p.50), mulheres e homens não realizam as mesmas atividades: “Os homens estão melhor preparados para o mundo do trabalho depois de terem realizado tarefas como serralheria, enquanto as mulheres estão em desvantagem quando dedicam seu tempo a tarefas como costura ou bordado.”

Este seria um exemplo claro do que seriam as "punições indiretas", associado às punições, porque afetam de maneira especial as mulheres, das quais as necessidades especiais não são levadas em conta: são prisioneiras, e também são mulheres (JIMENEZ, 2014).

Deste modo, tais práticas e discursos, por sua vez, consubstanciaram-se a um discurso patriarcal e ideológico sobre as mulheres que, por sobreposição com o discurso oficial do campo penal, acabou por tratá-las de forma mais distinta (GALLIZO,2010). De tal forma que, segundo os autores Ariza e Iturralde (2017), as práticas penais e penitenciárias ambíguas e os discursos sobre as mulheres, que tanto as tornam invisíveis, como as tratam com mais severidade, consolidaram-se desde o século XIX através do discurso penal moderno (ARIZA; ITURRALDE, 2017 p. 731-753).

Os efeitos negativos da prisão devem ser reduzidos na medida do possível, para assim fornecer ajuda a quem passa por ela, de forma que as circunstâncias da prisão não devem ser utilizadas como uma punição adicional (FOCAULT, 2003).

Homens e mulheres sempre tiveram necessidades diferentes, tanto físicas, psicológicas como sentimentais. Isto cresce, e fica mais evidente dentro dos centros penitenciários. Encarcerada, cada pessoa, dependendo de seu sexo, se comportará de

uma forma diferente. Precisará de certas atenoes ou de outras, e buscar  a realizaao de alguns objetivos ou outros (ALAMEDA, 2015).

1.2 Mães na prisão

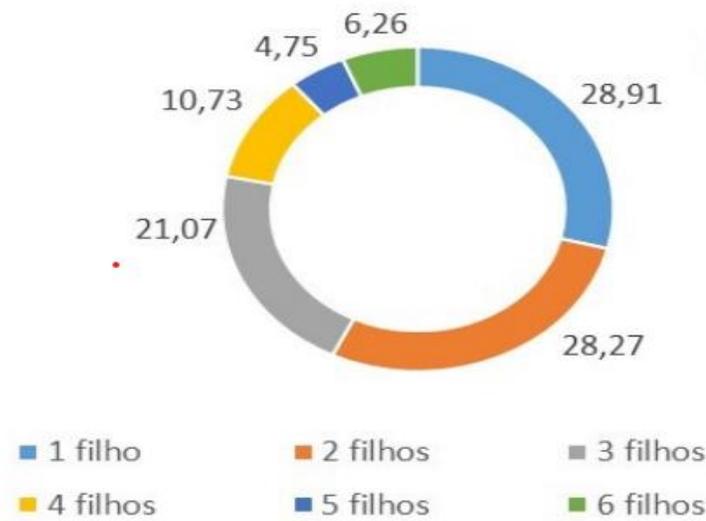
O amor materno veste-se dos mitos que o acompanham histórica e socialmente. As mulheres que são mães, nos diferentes contextos históricos, sofrem pressões socioculturais, identificando-se ora com a maternidade nutriz, que é a responsável pela procriaao e criaao, ora com a alienadora, que as priva das suas realizaoes pessoais e profissionais, em funao do cuidado que dispensam aos filhos (BADINTER, 1980).

A posiao de "ser mãe" em um presídio, tem características próprias, não só pelas questões materiais do espao disponível, pelos desconfortos e pelas dificuldades, para realizar a maternidade, como acreditam que devam exerc -la, mas também porque nenhuma mãe consegue ter pleno contato com seus filhos. Essa relaao   difícil dentro do sistema prisional (AGUILERA, 2011).

Para além do impacto do confinamento, não se pode ignorar que as mulheres encarceradas grávidas ou com filhos, merecem um tratamento especial. Isto porque, além desta condiao de ser mãe, há a situaao de confinamento, a ansiedade e o stress que também têm impacto sobre a criana (VARELA, 2009).

O Gráfico 6, a seguir, elaborado, em 2017, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Brasil (DEPEN) indica o número total de filhos das mulheres que estão no sistema prisional. Os dados indicam que a maior parte delas, 28,9% possuem um filho, acompanhado de 28,7% com dois filhos e 21,7% com três filhos.

Gráfico 6. Número total de filhos daquelas mulheres que estão no Sistema Penitenciário



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017

Assim, neste contexto, o exercício da maternidade torna-se difícil de exercer, pela ausência de garantias para o fazer de uma forma digna. As mães podem escolher se querem ou não manter a guarda dos seus filhos durante os seus primeiros três anos de vida. Se optarem por não a manter, os filhos serão colocados à disposição da instituição de assistência social competente (ECHEVERRIA, 2020). Para aquelas que optam por manter a custódia, enfrentam a escassez de prisões só para mulheres, a ausência de áreas de maternidade e de espaços para a educação precoce, boa alimentação, cuidados médicos, jogos e bens adequados à idade dos seus filhos (ECHEVERRIA, 2020).

Muitas vezes as mães, que permanecem em um contexto de custódia, acabam sendo incapazes de estabelecer limites, seja para a segurança física da criança, ou para alcançar uma certa estabilidade emocional, já que muitas destas mulheres vêm de residências com estilo de crianças permissivas ou autoritárias, segundo as teorias dos estilos de criação (BALLESTEROS; ALMEDA, 2015).

A literatura mostra que, quando um pai é condenado à prisão, a família fica desabrigada, porque normalmente são eles que trazem o dinheiro para casa. Porém quando isso acontece com uma mãe, a situação é de absoluta “lágrima emocional”

(GALLIZO, 2015). Tanto para as próprias mães, quanto para os filhos, e também, para o restante da estrutura familiar, mesmo que as mulheres sejam as mais seriamente afetadas, não se pode pensar que haja consequências positivas com a separação familiar da mãe. Esta ruptura do núcleo parental traz consequências para as mães e para os filhos. As mulheres não apenas perdem a liberdade, como também muitas são abandonadas (FERNANDEZ, 2016). Além disso, seus filhos e famílias suportam o estigma do crime. E seu próprio status de mulher as coloca em uma situação desigual a dos homens em reclusão.

Aqui, novamente, a questão da diferença de tratamento para o sexo ressurge, o que é evidente tanto na reclusão e liberdade das crianças, e fica claro novamente que os membros da família também sofrem as consequências da sentença de prisão, algo que Roig (2013) diz que deve terminar "com urgência e necessidade".

As mulheres que vivenciam a maternidade em contextos de desigualdade e vulnerabilidade social, como nas penitenciárias, apresentam como traço marcante os sentimentos de desesperança em relação ao futuro, decorrentes principalmente da sua invisibilidade na sociedade e da condição de pobreza (MUÑOZ; SANCHEZ, ARCOS; VOLLRATH; BONATTI, 2013).

1.3 Crianças nas prisões

A chamada "Psicologia Evolutiva" explica a importância de crianças gerarem laços com a mãe, para o melhor desenvolvimento do bebê. O relacionamento entre filho e mãe sofre influências históricas, sociais e psicológicas. Isso torna esse relacionamento um fenômeno de vivência exclusivo e diferenciado, que invoca análises complexas, em função de sua dinâmica (CORREIA, 1998).

É extremamente importante, para o desenvolvimento das crianças pequenas, a união que elas têm com os pais e as mães, de tal modo que o vínculo sadio, durante os primeiros anos de vida da criança, é fundamental. É necessário citar aqui a reconhecida teoria do apego, cuja base determina que "o desenvolvimento emocional saudável e a

adaptação social das crianças dependem em grande parte da força e estabilidade do vínculo estabelecido entre a criança e a mãe” (BOWLBY, 1990).

No contexto do encarceramento, porém, a permanência das crianças com as suas mães nas prisões gera vários conflitos. O primeiro conflito óbvio, que surge da situação de confinamento, é a violação dos direitos humanos das crianças como sujeitos de direitos. Empiricamente, foi provado que o ambiente prisional, devido às suas características e estrutura, é incompatível com as necessidades de crescimento e desenvolvimento das crianças (LORA, 2012). Vários estudos científicos realizados por uma equipe de pediatras, entre outros profissionais, (LEJARRAGA; BERARDI; ORTALE; CONTRERAS; SANJURJO; LEJARRAGA, MARTÍNEZ; RODRÍGUEZ, 2011), afirmam que são crianças de menor estatura e índice de massa corporal mais elevado e que uma elevada percentagem deles (39%) tem distúrbios emocionais.

Por outro lado, a separação das mães aprisionadas dos seus filhos interrompe a ligação da família, tão importante para o desenvolvimento pleno e salutar das crianças. Vários estudos (LORENZANA; RUBIO; CANDEL, 2009) têm assinalado que as filhas e filhos de mulheres presas experimentam muitos problemas psicossociais tais como: depressão, hiperatividade, comportamento agressivo ou dependente, regressão, problemas de alimentação, entre outros (DE LA ROSA, 2012).

Para Diniz (2015) é verdade que o ambiente das prisões não parece muito adequado ou frutífero para o desenvolvimento de crianças pequenas, mas há evidências para mostrar que o crescimento nesses ambientes não é algo que necessariamente tem consequências apenas negativas, pois, “são as crianças que provêm dos contextos familiares mais desfavorecidos que se beneficiam mais com as discrepâncias entre seus contextos de desenvolvimento” (DINIZ, 2015). O que significa que as crianças que vêm de ambientes mais negativos e com recursos escassos ou nulos são as que aproveitam as poucas oportunidades que lhes são oferecidas, beneficiando-se assim, de todo o bem que as áreas a que estão expostas podem trazer (a prisão, neste caso).

Para *Ombudsman for Children* (URRA, 2001) as crianças vivem nas prisões não tem culpa de viver com sua mãe dentro de uma prisão, sendo esta vivência uma situação “muito difícil”, uma vez que uma prisão não é o ambiente ideal para o desenvolvimento e

crescimento de uma criança negando, veementemente, que as instituições prisionais sejam para crianças. Afirmção que não pode ser refutada, pois as prisões não foram feitas para elas, mas para adultos. Se os filhos estão com suas mães, enquanto estas cumprem pena de privação de liberdade, essa situação acaba impondo para eles o cumprimento da punição imposto a suas mães. “As crianças não podem sair. Elas pagam uma falha que não é delas”. Essas crianças sofrem as consequências da punição de suas mães (VARELA, 2010 p 290).

A literatura indica que existem manuais para saber como lidar com a situação (CABALLO; SIMÓN, 2002). Um exemplo, é o "Manual de recomendações para cuidar de crianças e adolescentes com pais e mães privados de liberdade", em que uma equipe de pesquisa do Peru, apresenta uma série de diretrizes e conselhos para pais e mães, nesta situação, para os "pais substitutos" de seus filhos e também para possíveis tutelas. No Manual, o autor faz recomendações para manter o vínculo entre pais e filhos e para as visitas. Com esses recursos, a vida da criança longe da mãe, mas em liberdade, seria organizada otimizando as possibilidades e ajudando-a a desenvolver a si mesmo e suas características pessoais, já que a vida de uma criança na prisão limita seu desenvolvimento, tornando-o mais lento e atrasado em comparação com o restante das crianças de sua idade, que vivem fora das instituições penitenciárias (QUIÑONEZ, 2009).

Segundo De la Rosa (2012) coordenador da ONG *Horizontes sin Fronteras*, os bebês que vivem atrás das grades começam a conversar mais tarde e o fazem de maneira mais limitada, e o sentido da visão também é afetado, pois "vêm sempre o mesmo". Essa ONG, atualmente, possui três projetos relacionados ao voluntariado na prisão em Madri. Um com filhos menores de três anos, que moram com as mães na prisão, outro para ajudar mães sem recursos que vivem na Unidade “Dependente de Ella” e, o terceiro, que tenta ajudar os reclusos a desenvolver suas habilidades (pessoais e profissionais) para que eles possam reconstruir suas vidas quando deixarem a prisão.

Esta organização não governamental, ajuda os bebês e as mães no seu desenvolvimento e crescimento, mas também, ensina a criança para a vida em liberdade e a prepara para a “liberdade”, quando atinge a idade máxima em que pode permanecer na prisão (QUÍLEZ, 2006).

Nota-se, então, que atualmente existem duas posições contraditórias. Aquela que apoia o bebê a viver até três anos com a mãe na instituição penitenciária e aquela que acredita que o melhor para o desenvolvimento da criança é afastar-se dos muros da prisão, mesmo sem a assistência materna correspondente (GÚTIEZ; SÁNCHEZ; SIERRA, 2011).

Segundo Campos e Ocana (2017), é difícil posicionar-se sobre uma ou outra compreensão, conhecendo os argumentos que os especialistas apresentam, para apoiar o que cada um acredita ser o melhor e, mais ainda, levando em consideração que certas posições se baseiam no bem materno e outras, a maioria, no da criança (CAMPOS; OCAÑA, 2017).

1.4 Demandas e necessidades ocupacionais ligadas à maternidade.

A maternidade é parte de um pressuposto construído através de múltiplos fatores sociais, culturais, biológicos e emocionais. Este processo de formação da identidade começa muito antes da concepção de uma criança, tal fenômeno ocorre desde a primeira infância, nas primeiras relações entre pais e filhos, que se prolongam ao longo da vida (CORREIA, 2018).

Zornig (2010) afirma que "tornar-se mãe", o que surge de uma história individual, é caracterizado pelo ideal de um modelo tradicional de família nuclear, que resgata, assim, as fantasias, memórias da própria infância e o tipo de cuidados parentais oferecidos durante a própria vida.

Mesmo que inconscientemente, a chegada de um filho é algo transformador na vida da mulher e da família, no sentido de uma nova organização, na qual seu papel de mulher cede lugar ao de mãe (ARAGÃO, 2011).

Por um lado, a vivência de satisfação com a chegada do bebê é compartilhada com outros afetos, caracterizados por uma vivência ambivalente. Ao mesmo tempo em que são vivenciados sentimentos de cuidado, afeto e realização, existe uma pressão social para o retorno do seu estado físico e emocional anterior (CORREIA, 2018). Por meio dessas vivências, as mulheres podem ter diversas respostas, sejam elas o

desconforto causado pela privação social, ou uma culpa por ter que deixar o filho aos cuidados de terceiros por atividades de retorno (ARTEIRO, 2017).

Lidar com as exigências da vida privada e pública, leva estas mulheres ao desafio de lidar com a multiplicidade de demandas existentes. Conciliar o desempenho de papéis (adquiridos e acumulados) e a satisfação pessoal, que tem vários impactos na vida das mulheres. Merigh (2011) mostra que a reconciliação destes é difícil e pode, frequentemente, levar a sintomas de sofrimento emocional e a momentos de reflexão que culminam em dúvidas e perguntas.

Estas reconciliações difíceis interferem, significativamente, no desempenho dos papéis profissionais das mulheres, porque a gestão dos seus papéis requer aprovações, abandono e reestruturação dentro de seu cotidiano (RODRIGUEZ, 2018).

Como efeito, vários autores relatam a necessidade de abordar a maternidade nos serviços de saúde (SLOOTJES; MCKINSTRY; KENNY, 2016; RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ; FLORES MARTOS; MORUNO MIRALLES, 2012), pois considera-se que tanto esse papel quanto as atividades envolvidas em relação aos cuidados maternos, foram negligenciadas pelos profissionais de saúde. Possivelmente pelo estereótipo entendido de que a maternidade é uma capacidade inata da mulher (BASSET; LAMPE; LLOYD; LARSON, 2001).

De maneira geral, a literatura descreve os cuidados à maternidade com enfoque em abordagens que permitem responder ao que parece ser um problema comum: a aquisição do papel e de habilidades relacionadas à assistência à infância (MAUSHART, 2006).

Por outro lado, um estudo qualitativo, que investiga a perspectiva de terapeutas ocupacionais e que atuam na área de saúde mental do sistema nacional de saúde no Reino Unido, reconhece a necessidade de abordar papéis relacionados à maternidade / paternidade, uma vez que existem necessidades ocupacionais vinculadas a essas funções, nos usuários do recurso (FERNÁNDEZ et al., 2012).

Embora, ao considerar o estágio da vida em que a mulher passa a desempenhar o papel de mãe, compreende-se que o desempenho e a repercussão desse não

envolvem apenas a tríade mãe, filho e família, mas possui repercussões na vida pública da mulher (CRESTANI et al ,2012).

Através desta pesquisa observou-se que as informações existentes nos níveis internacional, nacional e regional sobre a separação do vínculo mãe-filho em mulheres privadas de liberdade são limitadas. Estudos referentes à situação ocupacional das mulheres presas em centros de privação de liberdade ainda são também escassos, o que demonstra a insuficiência de provas sobre o assunto geradas por nossa profissão.

2.OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar o conhecimento contido na literatura relativo às repercussões do contexto prisional na relação mãe - bebê.

2.2 Objetivo Específico

- Caracterizar os estudos que abordam a temática do desenvolvimento da díade mãe - bebê na situação de encarceramento.
- Identificar na literatura aspectos que podem impactar negativamente ou positivamente no processo do desenvolvimento da díade mãe - bebê.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de revisão de literatura integrativa.

A revisão integrativa da literatura é um instrumento da prática baseada em evidências (PBE) que possibilita a síntese e análise do conhecimento produzido acerca da temática investigada, constituindo-se em uma técnica de pesquisa com rigor

metodológico, aumentando a confiabilidade e a profundidade das conclusões da revisão (GIL, 2014).

O termo “baseado em evidências” refere-se ao uso das informações válidas e relevantes na tomada de decisão e quando se trata do atendimento à saúde, existe concordância de que a pesquisa altamente qualificada é a fonte mais adequada dessa informação válida (CULLUM et al., 2010).

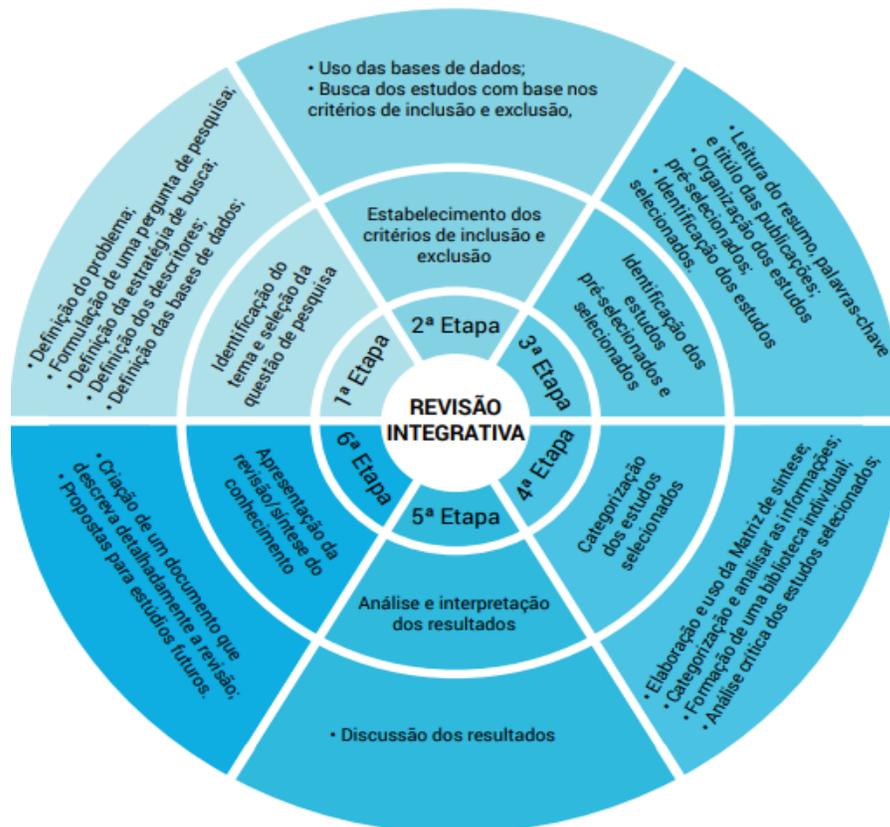
A revisão integrativa possibilita, ainda, a inclusão simultânea de estudos experimentais e não experimentais (COOPER, 2013). Subsidiaria a elaboração de conceitos, o desenvolvimento e revisão de teorias, e, ainda, contribui para aplicabilidade direta nas práticas de saúde e elaboração de políticas (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Segundo autores, as revisões devem atender ao rigor metodológico da pesquisa primária, além disso, afirmam que cada método inclui um estágio de formulação de problemas, um estágio de pesquisa de literatura, um estágio de avaliação de dados, um estágio de análise de dados e um estágio de apresentação (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Quanto à revisão integrativa, ressaltam que essa revisão se desenvolve através de seis etapas, por ser fundamentada na Prática Baseada em Evidências (MELNYK; STILLWELL; WILLIAMSON 2010, p. 52).

A elaboração de uma revisão integrativa pode ocorrer em seis etapas distintas, descritas a seguir, na Figura 1. Essas etapas correspondem às etapas propostas pelos autores (GALVÃO; SAWADA; MENDES, 2003; GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004) e orientaram o desenvolvimento deste estudo.

Figura 1: Etapas da Revisão integrativa



Fonte: Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p.129

3.2.1 Etapa N.º 1 Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

A etapa inicial caracteriza-se pelo aprofundamento teórico a respeito do objeto de estudo abordado, que compreende formular o propósito da revisão e propor questões relacionadas a serem respondidas ou hipóteses a serem testadas. O pesquisador deve identificar o propósito da revisão de maneira clara e específica, pois poupa esforços e facilita a definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos investigados, a extração e análise das informações e a identificação das melhores estratégias de busca (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Como já referido, a primeira etapa é identificar o problema abordado pela revisão integrativa e seu objetivo. São declaradas as variáveis de interesse e a população-alvo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Nesse sentido, o problema da pesquisa foca no conhecimento contido na literatura relativo à influência do contexto prisional na relação mãe e bebê e no papel ocupacional de ser mãe dentro do presídio.

Considerando a literatura que se refere às repercussões da prisão na vida da mulher, especificamente daquela que é mãe e vive em situação de cárcere com seu bebê, e a literatura sobre as repercussões do ser mãe, o presente estudo tem como questões de investigação:

"O contexto prisional interfere no desenvolvimento da relação da mãe e do bebê nos primeiros meses de vida?"

"O contexto prisional dificulta o desempenho do papel de mãe pelas mulheres que são mães e estão encarceradas?"

3.2.2 Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão

Nesta etapa foram definidos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos investigados, as estratégias e as bases de dados utilizados para a busca de informações. Os critérios de inclusão e exclusão têm por objetivo manter a coerência para com a pergunta de pesquisa previamente estabelecida (GANONG,1987).

O quadro 1, a seguir, apresenta os critérios estabelecidos.

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecido

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
<p>População Gestantes e mães presas; com filhos que amamenta ou até um ano de idade.</p> <p>Desenho Estudos qualitativos, quantitativos e mistos</p> <p>Tipo de publicação Artigos originais de pesquisa com textos completos disponíveis sem custos</p> <p>Língua Português, Inglês e Espanhol</p> <p>Bases de dados BVS, PubMed, CINAHL, PsycINFO, Scielo, Scopus</p>	<p>População Estudos que incluem foco nos pais, estudos que falam sobre intervenção médica</p> <p>Tipo de publicação Editoriais, livros, anais, dissertações e teses</p> <p>Língua Demais línguas</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A população do estudo foi definida por gestantes e ou mães encarceradas com filhos lactentes ou recém-nascidos de até um ano de idade. Definiu-se que estudos cuja ênfase era nos pais e aqueles sobre intervenção médica seriam excluídos, já que não são específicos à temática estudada.

Quanto ao tipo dos estudos, foram incluídos os de abordagem qualitativa, quantitativa e mista, cuja inclusão deu-se pelo acesso aos textos completos disponíveis sem custos. Foram excluídos editoriais, livros, anais, dissertações e teses.

Os textos deveriam estar nas línguas português, inglês ou espanhol.

A partir das bases de dados e da leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave de todas as publicações, verificou-se a adequação dos estudos aos critérios de inclusão e exclusão (MELNYK; STILLWELL; WILLIAMSON, 2010).

3.2.3. Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

A partir dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos e apresentados, foram definidas as fontes de informação para a obtenção dos dados nas seguintes bases de dados: A Biblioteca Virtual em Saúde (**BVS**), *National Library - Medicine* (**PubMed**), *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (**CINAHL**), **PsycINFO**, *Scientific Electronic Library Online* (**SciElo**) e **Scopus**, bem como as estratégias e expressões de busca que foram identificadas no título, no resumo e ou palavras-chaves e em textos completos dos registros encontrados visando o levantamento mais abrangente possível.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as estratégias e expressões de busca e as fontes utilizadas.

Quadro 2. Estratégias e expressões de busca e as fontes utilizadas

Fonte	Expressões	Resultado
BVS PubMed Cinahl PsycINFO	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND ("Terapia Ocupacional") OR "Occupational Therapy" OR "Terapia Ocupacional")	0
SciElo Scopus	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND (Cotidiano)	13

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Após essas buscas iniciais e seus resultados nulos, buscou-se o auxílio do Departamento de Referência Biblioteca Comunitária da UFSCar, por meio de orientações individuais com o fim de conhecer o uso correto das bases de dados, como fazer a busca dentro das bases e como combinar os operadores booleanos, visando garantir maior amplitude das pesquisas e o rigor das estratégias de busca. Dessa forma, novas palavras-chaves foram utilizadas nessa pesquisa, orientadas por um bibliotecário.

Fonte	Expressões	Resultado
	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones)	201
BVS PubMed Cinahl PsycINFO SciElo Scopus	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo" OR "Interação Mãe-Filho" OR "Relacionamento Filho-Mãe" OR "Relacionamento Mãe-Filho" OR "Relação Mãe-Filho" OR "Relações Filho-Mãe") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones)	188
	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo" OR "Interação Mãe-Filho" OR "Relacionamento Filho-Mãe" OR "Relacionamento Mãe-Filho" OR "Relação Mãe-Filho" OR "Relações Filho-Mãe") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND ("Poder Familiar" OR Parenting OR "Responsabilidad Parental")	118

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ainda, seguindo as orientações sobre as estratégias e expressões de busca, foram incluídos alguns descritores e seus sinônimos.

Fonte	Expressões	Resultado
BVS	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo" OR "Interação Mãe-Filho" OR "Relacionamento Filho-Mãe" OR "Relacionamento Mãe-Filho" OR "Relação Mãe-Filho" OR "Relações Filho-Mãe") AND (Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND ("Poder Familiar" OR Parenting OR "Responsabilidad Parental") AND ("Privação	164

PubMed	Materna" OR "Maternal Deprivation" OR	
Cinahl	"Privación Materna")	
PsycINFO	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child	149
SciElo	Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo") AND	
Scopus	(Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND ("Comportamiento materno" OR "Comportamento materno" OR "Maternal behavior")	
	("Relações Mãe-Filho" OR "Mother-Child	42
	Relations" OR "Relaciones Madre-Hijo") AND	
	(Prisões OR Prisons OR Prisiones) AND	
	("Desarrollo infantil" OR "Desenvolvimento infantil" OR "Child development")	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.2.4 Categorização dos estudos selecionados

Na terceira etapa da revisão torna-se fundamental para o pesquisador determinar os procedimentos empregados nos estudos, que permitiram encontrar evidências relevantes (COOPER, 2013). O propósito prático desta etapa é documentar de forma concisa e fácil as informações-chaves de cada artigo incluído na revisão.

Esta etapa consistiu na análise, por dois avaliadores, dos títulos e resumos dos artigos científicos identificados na busca eletrônica, podendo-se, desta forma, julgar a pertinência dos estudos à temática da revisão e aqueles que não atenderiam aos critérios de inclusão.

A coleta de dados pode ser desempenhada mediante a aplicação de um instrumento de registro (BROOME, 1993), portanto, para esse estudo, utilizou-se o *checklist* proposto pelo Critical Appraisal Skills Programme (CASP), o qual auxilia na avaliação da qualidade dos trabalhos. O CASP apresenta dez itens que permitem analisar os artigos de maneira criteriosa, observando-se o rigor, credibilidade e relevância metodológica (COSTA, 2016 p. 894).

A partir da realização da leitura na íntegra de todos os artigos considerados elegíveis para inclusão na revisão. Os artigos foram classificados em categoria A e B.

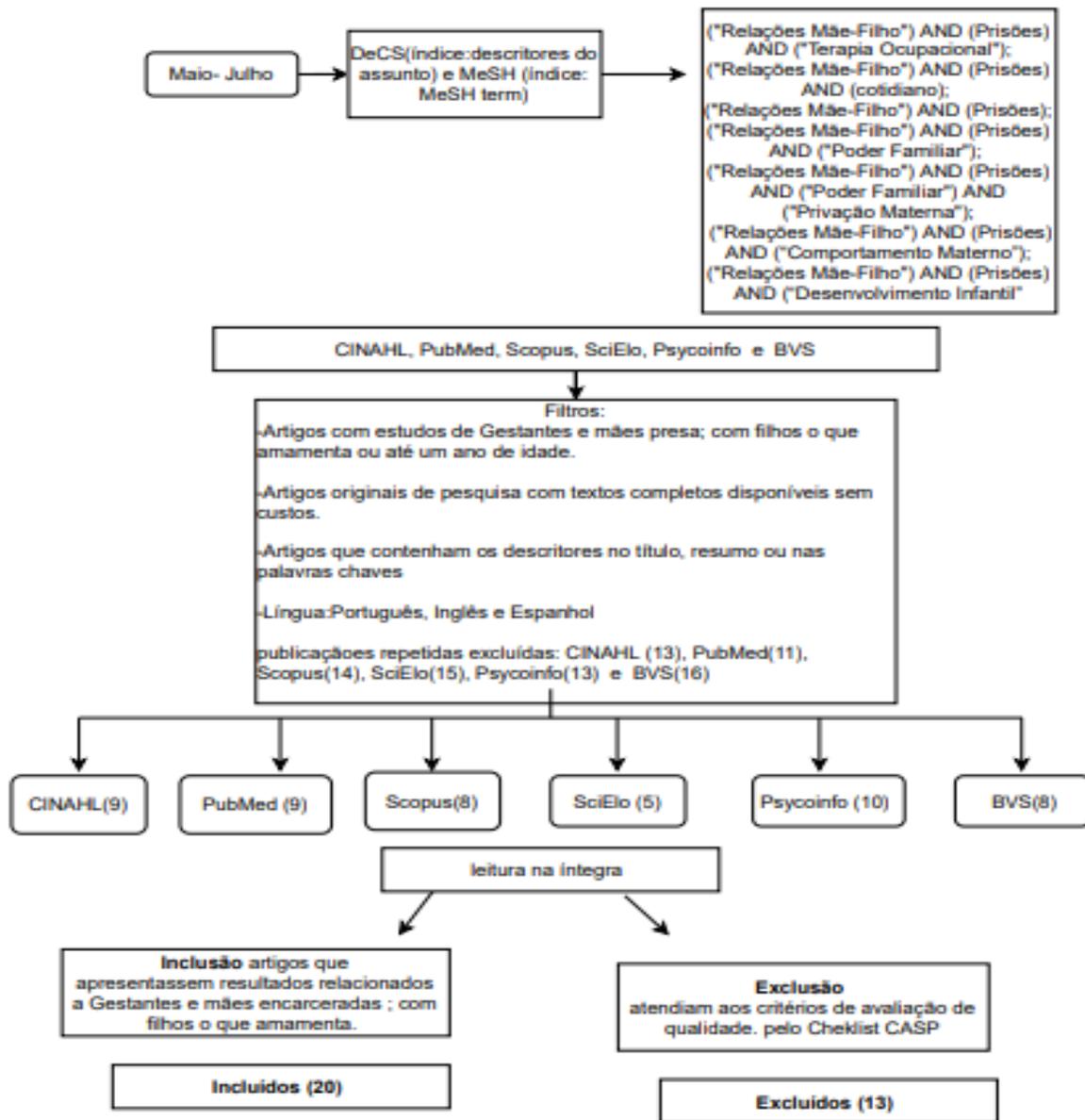
Aqueles classificados como A são considerados com baixo risco de viés, ou seja, baixo risco de incorrerem em erros sistemáticos, sendo que para isso deveriam atender pelo menos nove dos dez itens propostos: 1) objetivo claro e justificado; 2) desenho metodológico apropriado aos objetivos; 3) procedimentos metodológicos apresentados e discutidos; 4) seleção intencional da amostra; 5) coleta de dados descrita e instrumentos e processo de saturação explicitados; 6) relação entre pesquisador e pesquisado; 7) cuidados éticos; 8) análise densa e fundamentada; 9) resultados apresentados e discutidos, apontando o aspecto da credibilidade e uso da triangulação; e 10) descrição sobre as contribuições e implicações do conhecimento gerado pela pesquisa, bem como suas limitações.

A categoria B representa os estudos com viés de risco moderado, sendo que os trabalhos classificados com essa categoria preencheram pelo menos cinco dos dez itens.

Cabe ressaltar que todos os artigos incluídos nessa revisão preencheram minimamente cinco itens do *checklist* CASP e houve 13 estudos excluídos com base na qualidade metodológica. Dos 13 estudos excluídos tiveram um valor igual ou menor a 5. O Apêndice 1., apresenta os dados da avaliação pelo *checklist* CASP.

A Figura 2, a seguir, ilustra os resultados da pesquisa bibliográfica, realizada de acordo com os critérios estabelecidos previamente para uma revisão integrativa, como pode ser visto no Fluxograma.

Figura 2. Fluxograma dos Resultados da pesquisa bibliográfica.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Inicialmente, o registro de publicações científicas indexadas nas bases de dados correspondia a 862 artigos, dos quais 780 foram excluídos por duplicação e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; de tal maneira, foram selecionadas 82 publicações.

Realizada a leitura na íntegra dos artigos de pesquisa, 49 artigos foram excluídos considerando que a população era direcionada às mães com patologias mentais, portanto o conteúdo não correspondia ao tema ou o texto não estava disponível para leitura completa.

Assim, 33 artigos foram analisados pelo Checklist CASP, por dois pesquisadores, dos quais 13 foram excluídos, já que não atendiam aos critérios de avaliação de qualidade.

Ao final, o resultado dos artigos elegíveis selecionados das bases de dados foram: PsycINFO = 5; SciElo = 1; PubMed = 4; Scopus = 3; CINAHL = 4 e BVS = 3.

Uma vez definido o número de artigos científicos para o desenvolvimento da próxima etapa, os artigos selecionados foram lidos e relidos na íntegra e as informações mapeadas para a transcrição e análise dos dados.

No Quadro 3., a seguir, estão apresentadas as sínteses dos artigos segundo autores, ano de publicação, título, área de publicação, tipo de estudo, nível de evidência (avaliação CASP), objetivos e resultados principais.

Quadro 3. Artigos selecionados após as etapas de busca e avaliação.

N	Autor(es)/ Ano	Título	Área de Publicação	Tipo de estudo/ Nível de evidência (CASP)	Objetivo(s)	Resultado(s) Principal(is)
1	MARIANO, G. SILVA, I. 2016	Significando o amamentar na prisão	Enfermagem	Qualitativo 7	Compreender os significados da experiência de amamentar atribuídos por mulheres privadas de liberdade.	a amamentação seja sentida como importante momento de troca de afeto entre elas e seus filhos, como “coisa que aumenta a imunidade”, “fortalece” e favorece a saúde e o desenvolvimento deles
2	FLORES, N. SMEHA, L. 2018	Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão	Saúde Pública	Qualitativo 8	Elucidar a repercussão da prisão da mulher no âmbito da maternidade.	Sobrecarga de fatores negativos que tornam as relações frágeis neste ambiente, com as companheiras de detenção, com a própria família e, até mesmo, com a equipe profissional que compõe o cárcere.
3	SOARES, I. CENCI, C. OLIVEIRA, L. 2016	Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos	Psicologia Social	Qualitativo 8	Identificar a percepção dos vínculos mantidos com os filhos.	No regime fechado, as mães encontram dificuldades para manter os vínculos com os filhos, assim como, também se enfraquecem suas relações familiares.

4	OLIVEIRA, L. CAVALCANTE, G. MIRANDA, F. 2015	Vivência da maternidade para presidiárias	Enfermagem	Qualitativo 7	Compreender a vivência da maternidade.	Necessidade de inserção de profissionais da saúde preparados que atendam de forma humanizada. Há necessidade de garantia de direitos.
5	BARADON, T. FONAGYA, F. 2013	“New Beginnings for mothers and babies in prison: A cluster randomized controlled trial”	Psicologia	Estudo Exploratório 6	Oferecer intervenção desenvolvida especificamente para mães e bebês na prisão.	As mães necessitam de ajuda para fazerem ligações entre o comportamento de seus bebês e seus mundos emocionais. Esses fatores estão implicados no desenvolvimento de relacionamentos de apego inseguros/desorganizados e em resultados ruins para a criança.
6	SHAMAI, M. KOCHAL, R. 2008	“Motherhood Starts in Prison”: The Experience of Motherhood Among Women in Prison	Saúde e Ciências Sociais	Qualitativo 9	Explorar a maneira como as mulheres presas em Israel experimentam a maternidade na prisão.	No ambiente carcerário, no contexto do binômio mãe e filho, há particularidades na maternidade e no vínculo estabelecido entre ambos, bem como, influência da permanência e separação do bebê, na perspectiva das participantes.
7	MATÃO, M. MIRANDA, D.	Maternidade atrás das grades:	Enfermagem	Qualitativo 8	Conhecer as particularidades	As experiências traumáticas na prisão têm

	MALAQUIAS, A. 2017	particularidades do binômio mãe e filho			acerca da relação mãe-filho no ambiente carcerário.	outros aspectos positivos e negativos que permitem o crescimento e reabilitação.
8	OLIVEIRA, M. MAGALHÃES, C. 2017	Mães em contexto de cárcere: ambiente, práticas de cuidado e conhecimentos sobre desenvolvimento	Psicologia	Qualitativo 8	Analisar o contexto do cárcere a partir do modelo teórico do Nicho de Desenvolvimento, considerando o ambiente físico e social, a psicologia das cuidadoras (crenças, cognição etc) e as suas práticas de cuidado.	Elementos que podem influenciar no desenvolvimento dos bebês: a baixa frequência de visitas dos familiares (fragilização dos vínculos); a inexistência de privacidade (potencialização de comportamentos agressivos e/ou depressão); rigidez na rotina (compromete a motivação para o engajamento em outras atividades); elementos estes que podem dificultar a vinculação mãe e bebê.
9	ORTALE, M. et al. 2019	“Experiencias de maternidad en la unidad penitenciaria N°. 33 de La Plata, Argentina”	Ciências Sociais	Pesquisa mixta 9	Descrever o exercício da maternidade na mulher prisioneira.	A situação de confinamento gera outras formas de realizar a maternidade, nas quais são postos em jogo laços de cooperação e negociações para tornar mais suportável a educação das crianças em um ambiente hostil.

10	OLIVEIRA, L. MIRANDA, F. COSTA, G. 2015	O Significado da maternidade para presidiárias	Enfermagem	Qualitativa 8	Compreender o significado da maternidade para presidiárias.	O significado da maternidade para presidiárias associa-se ao cumprimento da função social imposta ao feminino. Tornando-se mães, ainda que vivenciada em condições desfavoráveis, a maternidade configura-se em benção divina, responsável por favorecer transformações positivas em suas vidas.
11	DIUANA, V. CORREA, C. VENTURA, M. 2017	Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade	Psicologia	Qualitativo 10	Analisar a interseção das normas de gênero.	O fechamento institucional, regulamentações penais, vigilância constante, restrição do poder decisório das mães e a separação compulsória dos filhos geram tensões e promovem formas peculiares de viver a maternidade.
12	LEAL, M. et al. 2016	Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	Saúde Coletiva	Pesquisa mixta 10	Apresentar as características sociodemográficas de mães vivendo com seus filhos nas prisões.	As precárias condições sociais das mães que pariram nas prisões, denotam que o serviço de saúde não tem funcionado como barreira protetora e de garantia dos direitos desse grupo populacional.

13	DI IORIO, S. et al. 2019	“Crecimiento y desarrollo de niñas y niños que viven en entornos carcelarios de la provincia de Buenos Aires, Argentina”	Humanidades e Educação	Estudo descritivo e transversal 9	Examinar o desenvolvimento psicomotor e sócio-emocional de crianças que vivem com suas mães na Unidade Penitenciária.	A faixa etária de maior risco (12 a 36 meses) coincide com o período crítico de desenvolvimento de funções psicológicas, tais como linguagem oral, jogo simbólico e habilidades mentais as quais se veem afetadas pelas restrições de espaço e tempo de atividades.
14	CHAMBERS, A. 2009	“Impact of Forced Separation Policy on Incarcerated Postpartum Mothers”	Enfermagem	Qualitativo 8	Verificar impacto desta política (de separação) na experiência do vínculo mãe-filho.	Os sentimentos generalizados de perda e abuso que muitas mulheres encarceradas já experimentam em suas vidas são agravadas pela separação abrupta.
15	MEDEIROS, A. et al. 2018	Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante	Enfermagem	Qualitativo 7	Compreender os sentimentos das lactantes em situação prisional acerca da amamentação.	Os sentimentos vivenciados pelas lactantes permeiam os extremos de prazer, amor, tristeza e culpa, sendo estes últimos, por consequência da separação da criança.
16	ARMELIN, B. MELLO, D. GAUER, G.	Filhos do cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos	Direito	Qualitativo 6	Descrever as características da mãe encarcerada e suas	Maioria delas são mulheres solteiras, que nunca haviam sido presas anteriormente. Muitos dos

	2010	em regime fechado			percepções sobre a permanência do filho neste tipo de instituição.	filhos que vivem na prisão com a mãe, estão sem a mínima condição adequada para seu cuidado, apesar de ser um direito concedido pela lei.
17	MAHL, A. SOLIVO, R. 2019	A separação da mãe e do bebê na carceragem	Ciências Biológicas e da Saúde	Qualitativo 8	Compreender as reações e efeitos gerados nas mães encarceradas, em decorrência do rompimento de vínculos com o bebê, e entender como essas mães se sentiram quando foram separadas dos filhos.	A vivência da maternidade para as mães na prisão foi marcada como uma experiência de perdas, medos, culpas, solidão, insegurança e sofrimento em razão da separação dos filhos.
18	ROJAS, D. BENKELFAT, K. 2015	“Narrativas acerca de las relaciones familiares en mujeres en situación de reclusión carcelaria”	Psicologia	Qualitativo 7	Analisar as relações familiares e dinâmica familiar relacional de um grupo de mulheres reclusas no Centro Penitenciário Feminino da cidade de Cali (Colômbia).	O problema da prisão deve ser abordado como um fenômeno que transcende a esfera familiar e institucional da prisão, para ser considerado como uma questão de interesse público.
19	BATISTA, L. LOUREIRO, L.	“Será Que Ele Vai Me Chamar De Mãe?”:	Psicologia	Quantitativo 9	Conhecer as experiências de mães	A experiência da maternidade passa a ser experimentada por elas

	2017	Maternidade e Separação na Cadeia			aprisionadas que passaram pelo processo de separação dos filhos recém-nascidos.	com sofrimento e frustração, em virtude da separação e da subsequente impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos.
20	GARCIA, A. PEREZ, R. PEREZ, E. 2019	“¿Libres en presión? niñas y niños que nacieron y vivieron con su madre en el centro femenino de reinserción social Santa Martha Acatitla”	Criminologia	Estudo de caso	Conhecer as evidências científicas sobre as crianças que vivem com suas mães num centro de reinserção.	A prisão não é um lugar adequado para o desenvolvimento psicossocial das crianças. Tanto o ambiente social, caracterizado por comportamentos transgressivos (aprendizagem), quanto as condições predominantes em termos de não direitos (vida) são fatores de risco que, sem dúvida, implicam em um efeito sério nos processos de bem-estar das crianças.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Para leitura do tópico 3.2.6 (Apresentação da Revisão/ síntese do conhecimento) sequente, os artigos serão identificados pelos números de registro apresentados neste Quadro 3. aqui apresentado.

3.2.5. Análise e interpretação dos resultados

Essa etapa diz respeito à análise e interpretação dos resultados, que serão expostos em forma de discussão.

O pesquisador, guiado pelos dados encontrados, realiza a interpretação desses dados e, com isso, é capaz de levantar as lacunas de conhecimento existentes e sugerir pautas para futuras pesquisas (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). As conclusões das revisões integrativas podem ser publicadas em forma de tabelas ou gráficos (COOPER, 2013).

Nesse estudo, os dados estão apresentados, inicialmente, pela caracterização descritiva dos estudos selecionados (Quadros 3, 4, 5, 6 e 7) e, posteriormente, pela Análise de Conteúdo modalidade Temática, que segundo Minayo (2007) desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos, isto é, a interpretação.

Bardin (2011) apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação). Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns.

Este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em duas etapas: inventário (onde isolam-se os elementos comuns) e classificação (onde divide-se os elementos e impõem-se organização) (SANTOS 2011, 229p.).

Após a análise dos textos, as categorias temáticas emergidas são:

1. Implicações na prisão da maternidade;

2. **Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela;**
3. **Violação dos direitos humanos da mãe e da criança.**

3.2.6 Apresentação da Revisão/ síntese do conhecimento

A última etapa consiste na elaboração do documento que deve contemplar, a descrição de todas as fases percorridas pelo pesquisador e apresentar os principais resultados obtidos (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Em síntese, verifica-se que a problemática levantada nos estudos selecionados para análise baseou-se no fato de que a população carcerária é crescente em todo o mundo.

Os estudos apresentam as fragilidades das mães ante a separação com seus filhos (artigos 3, 15, 17, 19), além do fato da maternidade representar um momento de redefinição de papéis para a mulher. Ainda mais quando vivenciada no ambiente prisional (artigos 9, 7, 6, 10, 11), onde há uma sobrecarga de fatores negativos que tornam as relações frágeis neste ambiente, que contribui, significativamente, para a precariedade das relações interpessoais (artigos 2, 4, 8, 14, 18).

Os estudos apontam que o ambiente físico e social da unidade prisional apresenta elementos que podem influenciar no desenvolvimento dos bebês e das mulheres encarceradas, ressaltam-se aspectos como: fragilização dos vínculos e rigidez na rotina (artigos 8, 16, 12, 20). A necessidade de um novo olhar para as questões complexas do encarceramento feminino, especialmente, no que se refere às gestantes, parturientes e puérperas (artigo 1, 2, 7, 15, 20).

Nesta revisão, a partir da análise dos artigos selecionados, ficou evidente também a preocupação dos estudiosos de diferentes áreas com a forma como os cuidados vêm sendo prestados para as mulheres e seus filhos, sem que hajam ações específicas para este público, além das violações sobre os direitos (artigo 9, 11, 12, 20) relacionados à população geral, revelando assim um ambiente prisional que precisa ser revisto.

4.RESULTADOS QUANTITATIVOS

4.1 Caracterização descritiva e numérica dos 20 artigos selecionados.

A caracterização descritiva e numérica, dos artigos selecionados, está apresentada em Quadros relativos ao ano de publicação dos artigos, à língua na qual estão redigidos, à área do estudo e às revistas de divulgação como apresentados, a seguir:

Quadro 4. Ano de publicação dos artigos

2008	2009	2010	2013	2015	2016	2017	2018	2019
01	01	01	01	03	03	04	02	04

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Neste quadro 4, apresenta-se o ano das publicações dos artigos selecionados sendo os anos com mais publicações os anos de 2019, de 2017 (n=quatro), de 2015 e de 2016 (n=três). O primeiro ano com registro de publicação foi o ano de 2008 com uma publicação, e o último o ano de 2019. Nos anos de 2011, de 2012 e de 2014, não foram identificadas publicações.

Observa-se o aumento das investigações envolvendo o cárcere que tratam da abordagem “mães na prisão” ou “crianças na prisão”.

O quadro 5 apresenta as línguas nas quais foram escritos os artigos

Quadro 5. Língua da publicação

Espanhol	Inglês	Português
04	03	13

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

No quadro 5, nota-se que a maioria dos artigos estão escritos na língua portuguesa com n=13, sendo outros 4 escritos em espanhol e os demais n=3 escritos em inglês.

A presente revisão também averiguou as áreas às quais os artigos estavam relacionados, que estão apresentadas no quadro 6, a seguir:

Quadro 6. Área da publicação

Enfermagem	06
Psicologia	06
Ciências Sociais	02
Saúde pública	01
Saúde Coletiva	01
Humanidades e Ciências na educação	01
Direito	01
Ciências Biológicas e da Saúde	01
Criminologia	01

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Referente à área do estudo, a maioria dos artigos está concentrada na Enfermagem (n=6), Psicologia (n=6), seguidos por Ciências Sociais (n=2), Saúde Pública (n=1), Ciências e Saúde Coletiva (n=1) Humanidades e Ciências na Educação (n=1), Direito (n=1), Ciências Biológicas (n=1) e Criminologia (n=1), como demonstrado no Quadro 6, perpassando, assim, pelas áreas da saúde e humanas principalmente.

De igual modo, o Quadro 7 apresenta a distribuição dos artigos nas revistas de divulgação:

Quadro 7. Revistas de divulgação dos artigos selecionados

Revista de Enfermagem	1
Revista Eletrônica enferm	1
Physis: Revista saúde coletiva	2
Periódicos eletrônicos em Psicologia	1
Revista Attach Hum Dev	1
Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	1
Peer Reviewed Journals USA	1
Mudanças Psicologia da Saúde	1
Anthropologica	1
Rev enferm UFPE on line	1
Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal	1
Revista Española de Sanidad Penitenciaria	1
Europea PMC	1
Revista Ciência Plural	1
Revista Da Graduação	1
Unoesc & Ciência - ACBS	1
Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud	1
Revista Psicologia Política	1
Revista mexicana ciencias penales	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Das 19 revistas identificadas, apenas a Physis: Revista saúde coletiva possui publicação de dois artigos selecionados. Observa-se predominância em revistas da área de saúde (n=6).

5.1 RESULTADOS QUALITATIVOS

Com o intuito de responder aos objetivos do presente estudo, os 20 artigos selecionados foram analisados na modalidade de análise temática.

Nesse sentido, foram identificados 3 temas, sendo:

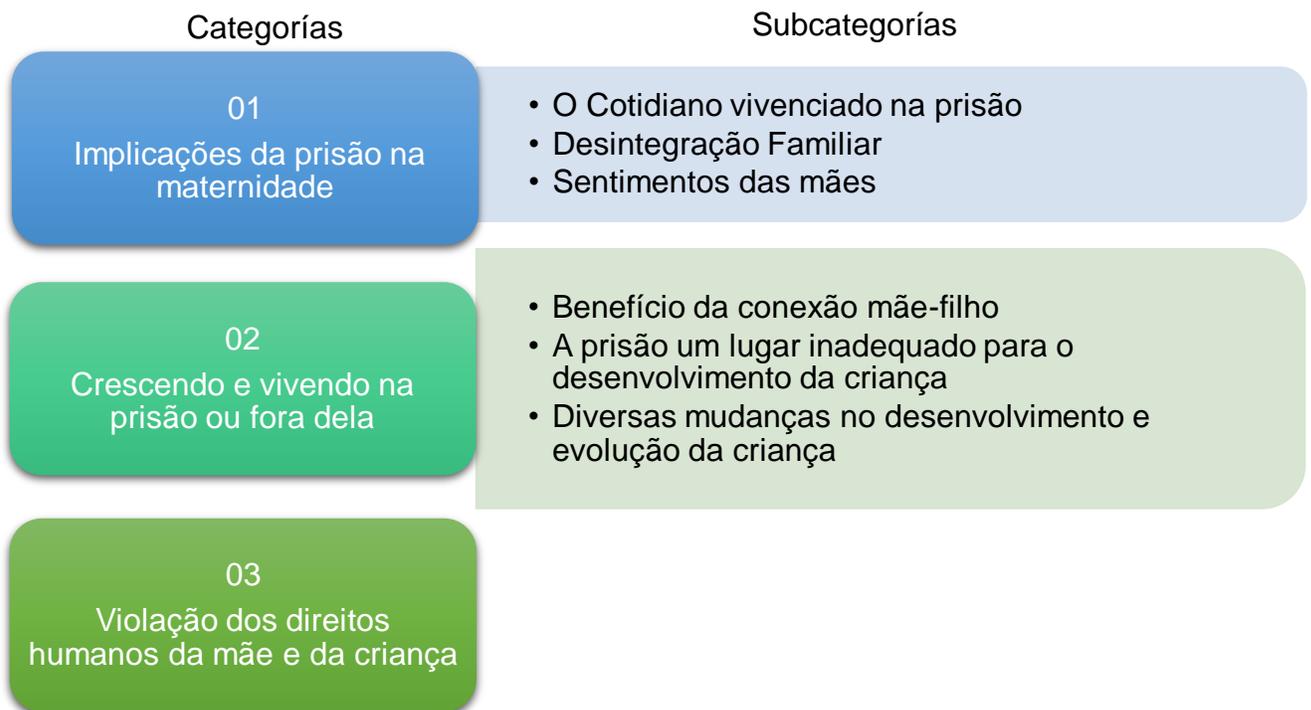
1. **Implicações da prisão na maternidade** - compõe-se das subcategorias, *O cotidiano vivenciado na prisão, Desintegração Familiar e Sentimentos das mães*;

2. **Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela** - composta das subcategorias *Benefício da conexão mãe-filho, A prisão um lugar inadequado para o desenvolvimento da criança e Diversas mudanças no desenvolvimento e evolução da criança*;

3. **Violação dos direitos humanos da mãe e da criança**

Tais categorias e subcategorias são ilustradas no Quadro 8.

Quadro 8. Temas emergidos da análise de conteúdo, modalidade temática.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Para organização, os textos foram distribuídos de acordo com as categorias identificadas, sendo apresentados no Quadro 9.

Quadro 9. Estudos selecionados que compuseram os temas

Categoria	Artigos
<p>Implicações da prisão na maternidade <u>subcategorias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>O cotidiano vivenciado na prisão</i> ▪ <i>Desintegração Familiar</i> ▪ <i>Sentimentos das mães</i> 	<p>FLORES, N.; SMEHA, L., 2018; MARIANO.G; SILVA, I., 2016; OLIVEIRA, L.; MIRANDA, F.; COSTA, G.,2015; DIUANA, V.; CORREA, C.; VENTURA, M, 2017; SHAMAI, M.; KOCHAL, R., 2008; DI IORIO, S. et al, 2019; SOARES,I.; CENCI,C.; OLIVEIRA,L. 2016 ; LEAL, M. et al; 2016;BATISTA,L.; LOUREIRO,L. 2017; OLIVEIRA, M.; MAGALHÃES, C.,2017; MAHL, A.; SOLIVO, R. 2019; MEDEIROS, A. et al, 2018; CHAMBERS, A., 2009</p>
<p>Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela <u>subcategorias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Benefício da conexão mãe-filho</i> ▪ <i>A prisão um lugar inadequado para o desenvolvimento da criança</i> ▪ <i>Diversas mudanças no desenvolvimento e evolução da criança</i> 	<p>SLEED, M.; BARADON, T.; FONAGYA, F., 2013; GARCIA, A.; PEREZ, R.; PEREZ, E., 2019; ARMELIN, B.; MELLO, D; GAUER, G., 2010; DI IORIO, S. et al, 2019; CHAMBERS, A., 2009; DIUANA, V.; CORREA, C.; VENTURA, M, 2017; MEDEIROS, A. et al, 2018; LEAL, M. et al; 2016 MATÃO,M.; MIRANDA,D.; MALAQUIAS,A., 2017; SOARES, I.; CENCI, C.; OLIVEIRA, L. 2016 FLORES, N.; SMEHA, L., 2018OLIVEIRA, M.; MAGALHÃES, C.,2017; ORTALE, M. et al, 2019; MARIANO.G; SILVA, I., 2016;OLIVEIRA, L.; CAVALCANTE, G.; MIRANDA, F., 2015.</p>
<p>Violação dos direitos humanos da mãe e da criança.</p>	<p>DIUANA, V.; CORREA, C.; VENTURA, M, 2017; FLORES, N.; SMEHA, L., 2018; LEAL, M. et al; 2016; CHAMBERS, A., 2009; ORTALE, M. et al, 2019</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Categoria 1: Implicações da prisão na Maternidade

Dos 20 artigos incluídos, 13 compõem o primeiro tema que apresenta a realidade da mãe, pela vivência cotidiana de lidar com os diferentes elementos que a constituem

como o ambiente e as situações hostis, causando rupturas sociais e emocionais, que surgem tanto dentro como fora da prisão.

Nesse sentido, em um ambiente fechado como uma prisão, o significado e o exercício da maternidade são transformados (FLORES; SMEHA, 2018); mesmo assim a oportunidade de ser mãe em ambiente prisional gera um novo modelo de maternidade (MARIANO; SILVA, 2018).

Oliveira, Miranda e Costa (2015) o significado de maternidade para a mulher é um sinal de esperança e força para sobreviver à rotina da prisão; contudo, estar presa impossibilita a participação no crescimento e desenvolvimento de seus filhos, por exemplo, na área escolar. Nesse contexto, o exercício da maternidade torna-se uma punição pela ausência de garantias para fazê-lo de maneira digna (DIUANA; CORREA; VENTURA, 2017).

A mãe, que é privada de sua liberdade, pode se render a seu destino desfavorável, ou pode lutar e estabelecer para si mesma o objetivo de seguir adiante, de sair do confinamento, de estar com seus filhos e de buscar o sustento e ter uma vida de uma forma legal, de acordo com Shamai; Kochal (2008) e Di Iorio (2019). Essas ações podem mudar seu universo simbólico e o significado do confinamento, pois a mãe decide e influencia o que acontecerá com sua vida e a de seus filhos e filhas (MARIANO; SILVA, 2018).

Outro estudo apresenta que a maternidade pode representar um momento de redefinição de papéis para a mulher. E acrescenta que, quando é vivenciada no ambiente prisional, mesmo em condições adversas, a maternidade pode fornecer um novo sentido na vida das mulheres que são mães (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016).

Para a discussão desta categoria central, foram identificadas três subcategorias intituladas: *1.1 O cotidiano vivenciado na prisão*; *1.2 Desintegração familiar*; *1.3 Sentimentos da mãe*, as quais estão apresentadas, a seguir.

5.1.1 O Cotidiano vivenciado na prisão

A subcategoria *o cotidiano vivenciado na prisão*, mostra o contexto no qual a mãe e a criança experimentam o controle pela instituição de suas atividades simples e rotineiras da vida diária, tais como dormir-despertar, estudar e trabalhar. Quando da partida da criança, a mãe fica sem uma rotina previamente estabelecida, retornando assim a uma vida diária sem tarefas ou atividades maternas.

Na prisão, as rotinas e horários restritos constituem constrangimentos para a liberdade das crianças e a autonomia das mães (DIUANA; CORREA; VENTURA, 2017). Demonstram, em seu estudo, que as crianças e as mães precisam se ajustar a estes horários, que não contemplam diferenças de idade das crianças e de suas necessidades.

De acordo com Leal et al. (2016), o vínculo mãe-filho dentro do cárcere é intrigante, devido às inconformidades do espaço prisional é fundamental que, mesmo num contexto de prisão, exista um ambiente para a mãe vivenciar a formação dos laços com seu filho.

Por outro lado, a partida da criança devolve a mãe a uma realidade objetiva de perdas concretas, sua rotina se modifica com a perda do direito de permanecer na unidade especial, voltando para as instalações normais da penitenciária (OLIVEIRA; COSTA; MIRANDA, 2015). De acordo com Mariano e SILVA (2016), a mãe percebe a perda da criança como um vazio em seu cotidiano, vivendo uma nova condenação.

Em seu estudo, Batista e Loureiro (2017) afirmam que o cotidiano passa a ser também o lugar onde podem se dar os processos de inovação, em que a cotidianidade permite a construção de afetos, das relações de trocas, de reciprocidade e da criatividade, para resgate e exercício da autonomia do desejo e da liberdade.

5.1.2 Desintegração Familiar

O tema apresentado nessa subcategoria refere-se às implicações, que a vivência da maternidade, privada de liberdade, pode gerar com a perda ou a fragmentação das relações familiares, deixando vulneráveis, principalmente, os filhos das presas.

Certamente, no contexto de aprisionamento, as mulheres perdem seu papel de mulheres, esposas e mães, o que tem um impacto negativo na ruptura dos laços familiares e relacionamentos (OLIVEIRA; COSTA; MIRANDA, 2015). Além disso, os estudos também afirmam que a família e os amigos não conseguem perdoar o crime cometido e preferem não realizar as visitas ou manter o contato com as mulheres, o que representa uma distância entre a mãe e família (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017).

Assim, a fragmentação familiar é favorecida e potencializada pelo abandono familiar posterior ao aprisionamento. Estudos demonstram, Flores e Smeha (2018) e Leal et al. (2016), que as mulheres, quando são aprisionadas, na maioria das vezes, são abandonadas pelos seus familiares. Porém, o abandono por parte das famílias das mulheres presidiárias pode ter diversas causas, como a distância das prisões femininas e as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pela família.

Entretanto, separações repentinas para as quais as famílias não estão preparadas, geram riscos aos quais seus filhos podem estar expostos na ausência da mãe na vida cotidiana (MAHL; SOLIVO, 2019). Por outro lado, o relacionamento com a mãe é quebrado devido à prisão, há uma mudança no papel social da mãe, e esse papel é, frequentemente, exercido por outros parentes ou pessoas (FLORES; SMEHA, 2018).

Essa situação, a separação da mãe em situação carcerária, torna impossível a experiência da maternidade e o abandono gerado pela ruptura familiar, cria um vácuo insaciável em suas famílias.

5.1.3 Sentimentos das mães

O tema apresentado nessa subcategoria, refere-se ao intenso sofrimento pela separação dos seus filhos, como característica da vivência da maternidade para as mães na prisão.

Os estudos afirmam que, acima de tudo, o cárcere, por si só, promove danos emocionais e gera ansiedade, que traz sofrimento inerente à privação da liberdade (BATISTA; LOUREIRO, 2017). Mas quando a maternidade é vivenciada nesse contexto, outro fator surge: a separação que ocorrerá entre mãe e filho (MEDEIROS et al, 2018). A separação de seus filhos traz consigo uma enchente de emoções, como o sentimento

de tristeza, a angústia e a depressão nas mães (DIJANA; CORREA E VENTURA, 2017; FLORES; SMEHA, 2018; MAHL; SOLIVO, 2019).

Também, após a criança ser retirada da prisão, algumas mães preferem não ter afeto e carinho com seus filhos, para evitar a dor e também sentimentos negativos dentro da prisão (MEDEIROS et al, 2018), e do mesmo modo, sabendo que seus filhos serão cuidados por outras pessoas, isso gera medo, pois pensam que seus filhos irão criar um laço de amor maternal e infantil por aquela pessoa (MAHL; SOLIVO, 2019).

Mesmo assim, os autores Soares e Cenci e Oliveiras (2016) falam que muitas das mães sentem-se culpadas, por terem feito seus filhos passar por toda a situação que implica a prisão. Além disso, as mães utilizam a 'negação' como mecanismo de defesa para diminuir o sofrimento. Sem dúvida, de acordo com Chambers (2009) a separação significa para a mãe um sofrimento constante em seu dia a dia, e que aumenta com o tempo.

Estudos referem-se à sensação de solidão que muitas mães experimentam durante a separação e, frequentemente, buscam pelas fotos de seus filhos (DI IORIO et al, 2019). Também, encontram apoio na religião como tentativa de conforto e para recuperar suas forças em relação ao afastamento dos filhos e a privação das relações familiares (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016).

Mesmo ao cumprir a pena, momento durante o qual a mãe tem esperança de reencontro com seus filhos, essa situação é acompanhada da sensação de insegurança (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015).

Categoria 2: Crescendo e vivendo na prisão ou fora dela

Esta categoria está composta de 15 artigos dos 20 analisados. O tema apresenta a realidade da criança, provocada pela vivência cotidiana de lidar com os diferentes elementos que a constituem: o vínculo com a mãe, espaços inadequados e seu desenvolvimento, que surgem tanto dentro como fora da prisão.

A prisão, como tal, é uma das áreas mais importantes para compreender as funções manifestas e latentes da sociedade (SLEED; BARADON; FONAGYA, 2013). Desta forma, é um espaço composto por pessoas excluídas ou invisíveis das sociedades contemporâneas.

De acordo com Garcia e Perez e Perez (2019), o impacto da prisão é de maior interesse quando as crianças mais novas (mesmo aquelas ainda no útero da mãe) vivem e permanecem com suas mães dentro da prisão.

Nesse sentido, quando as crianças que vivem com suas mães nas prisões, elas podem manter seu vínculo materno, mas ao preço de viver em um ambiente prisional e perturbar sua vida diária ou o contato com o resto do grupo familiar (ARMELIN; MELLO; GAUER, 2010).

Além disso, Di Iorio et al. (2019) interpreta a palavra "desenvolvimento" de uma forma holística, que engloba o físico, mental, espiritual, moral, psicológico e social. Não há dúvida que nenhum desses requisitos é atendido, quando menores de idade são alojados em uma unidade prisional

No entanto, Leal et al. (2016) aponta para o fato de que o confinamento tem características opostas. De um lado é um espaço que traz consequências negativas para seus filhos e filhas, de outro constitui um espaço propício ao fortalecimento e perpetuação de uma relação filial ótima.

Essa categoria é composta por três subcategorias intituladas: *2.1 Benefício da conexão mãe-filho*; *2.2 A prisão um lugar inadequado para o desenvolvimento da criança*; *2.3 Diversas mudanças no desenvolvimento e evolução da criança*, as quais serão apresentadas, a seguir.

5.2.1 Benefício de conexão mãe-filho

Essa subcategoria apresenta os benefícios e a vantagem do vínculo estabelecido com a mãe, como a importância da amamentação e do papel da mãe como cuidador primário, dentro dos estabelecimentos penais.

A importância do vínculo entre mãe e filho dentro do sistema penitenciário é de grande relevância para as mulheres, como indicam Chambers (2009), Slead e Baradon e Fonagya, (2013). Além disso, Diuna e Correa e Ventura (2017) relatam que para a mãe, manter um relacionamento próximo com seus filhos, é considerado um elemento fundamental. Permite-lhe sentir o amor e a ternura que nenhum outro membro da família pode dar.

Dentro de um contexto, onde a hostilidade é constantemente experimentada, garantir a permanência do filho com a mãe, quando, por exemplo, na situação de amamentação (MEDEIROS et al, 2018) é fundamental, e necessário para formação desse vínculo e manutenção dos laços entre mãe e filho, mais do que nutrir a criança na prisão.

Do mesmo modo, Garcia e Perez e Perez (2019) ressalta a importância da criança ficar com a mãe, o que permite-lhe sentir o amor e a ternura que nenhum outro membro da família pode dar. É por isso que Slead e Baradon e Fonagya (2013) afirmam que ter um amor positivo e uma relação afetiva com o bebê permite manter um vínculo durante a separação, assim como, brincar com seus filhos é uma outra evidência positiva para fortalecer a relação mãe-filho.

Por outro lado, de acordo com Leal et al. (2016) o nascimento do bebê representa para muitas das mães, um momento de bênção e alegria, mas saber que serão separados gera tristeza e angústia. Não obstante, Armelin e Mello e Gauer, (2010) estabelecem que, apesar dos desafios e deficiências na prisão, é melhor para as crianças ficarem com suas mães. Mediante isso a mãe reconstrói seu universo afetivo e social, o que ajuda a superar o confinamento.

Também, muitas das mulheres procuram manter contato com seus filhos, o que por sua vez as leva a manter sua identidade como mãe, de tal forma que a oportunidade de ser mãe, como também a esperança de ver seus filhos novamente em ambiente prisional, gera nelas um novo modelo de maternidade, de acordo com (MATÃO; MIRANDA; MALAQUIAS, 2017).

5.2.2 A prisão um lugar inadequado para o desenvolvimento da criança

Este tema apresenta as condições e as circunstâncias de uma prisão, que muitas das mães percebem que não é um bom lugar para ficar com seus filhos. Os estudos afirmam que as prisões em que os menores crescem, são ambientes de alto risco: "uma instituição com barreiras físicas, espaciais, sociais e emocionais". O autor Leal et al. (2016), destaca, também, umidade e frio, interrupções na água quente no inverno, pequenos espaços e recursos limitados como características mais do que óbvias nas prisões.

As crianças que vivem em prisões com suas mães são expostas indiretamente à mesma sentença. De acordo com Soares e Cenci; Oliveira (2016), a problemática é que muitas dessas prisões não podem acomodar mães e crianças, porque dispõe de infraestrutura precárias, para o desenvolvimento da criança (SLEED, BARADON; FONAGYA, 2013). As condições ambientais e de saúde não são as mais adequadas nas prisões.

Em relação à falta de recursos materiais e humanos, Leal et al. (2016) sustenta que menores com necessidades específicas não podem receber tratamentos de estimulação cognitiva e/ou motora. A essa condição se soma a superlotação e falta de condições higiênicas, de ventilação e de iluminação noturna, assim como o controle de pragas, que é deficiente. Nesse contexto, segundo autores Flores e Smeha (2018) muitas das mães renunciam a exercer a maternidade dentro da prisão, já que prisões não estão adaptadas às necessidades das mulheres que são mães.

Por conseguinte, a existência de um ambiente tenso, acompanhado de brigas e discussões, gera um ambiente insalubre para a permanência de uma criança privada de liberdade (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017). Como consequência disso, muitas mães presidiárias preferem não conviver com seus filhos na prisão, já que as crianças podem ser influenciadas pelo ambiente negativo para viver.

É por isso que o desenvolvimento do bebê depende em grande parte dos ambientes em que ele ou ela se desenvolve e da qualidade das relações que as pessoas ao seu redor proporcionam (ARMELIN; MELLO; GAUER, 2010).

5.2.3 Diversas mudanças no desenvolvimento e evolução da criança

Esta subcategoria apresenta como temática a vivência da criança quando sua mãe está na prisão, assim como, as primeiras etapas de seu desenvolvimento com privação da liberdade e como o encarceramento interfere no seu desenvolvimento.

O crescimento e desenvolvimento são processos complexos que envolvem numerosos componentes, como indica Ortale et al. (2019). Os aspectos do corpo, mente e personalidade da criança desenvolvem-se simultaneamente, com velocidade e sequências variáveis, porém não independentemente.

Dessa forma, segundo Ortale et al. (2019) o desenvolvimento é caracterizado como um processo integral em que os diversos níveis do desenvolvimento infantil estão interligados. Neste processo a criança ajuda a moldar o seu próprio desenvolvimento e a influenciar as respostas que recebe dos outros.

De certo modo, as condições em que a criança vive, irão repercutir-se no seu equilíbrio emocional, no desenvolvimento físico, nas suas competências e também nas aprendizagens (ARMELIN; MELLO; GAUER, 2010). Assim, pode-se falar que o desenvolvimento é também multidimensional, visto que abarca as dimensões psicomotoras, cognitivas, emocionais e sociais.

Pode-se destacar, que as crianças passam por diferentes estágios de separação de sua mãe, desde o momento da prisão até o momento da condenação, que lhes seja ou não permitido ficar com ela (CHAMBERS, 2009). Quando a mãe está na prisão, muitas vezes seus filhos não sabem onde sua mãe está, ou não sabem as informações reais sobre onde elas estão, gerando um sentimento de abandono.

Segundo Leal et al. (2016), as dolorosas experiências da situação carcerária podem manifestar conflitos internos no processo de aprendizagem das crianças e dificuldades no ambiente escolar. Entre essas experiências dolorosas, pode-se mencionar o desmame precoce dos filhos. A separação da mãe, durante os primeiros anos de vida, corta a ligação de vínculo e pode ter efeitos nocivos na criança, gerando

não só sentimento de tristeza, mas também problemas de saúde mental Medeiros et al. (2011), Mariano e Aparecida, (2018).

Outra experiência refere-se ao papel de mãe assumido pelas avós, devido a situação de aprisionamento da mãe. O cuidado dos netos é assumido, acarretando uma sobrecarga (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MIRANDA, 2015).

A privação da mãe gera, frequentemente, muitos sentimentos na criança como raiva, confusão, solidão, medo, preocupação e até mesmo regressão em seu crescimento (GARCIA; PEREZ; PEREZ, 2019). Essas crianças apresentam um risco maior de desenvolver problemas de comportamento, evasão escolar e abuso de substâncias nocivas à saúde. Acredita-se que um bom vínculo, e a convivência com a mãe nas visitas, poderiam ter um efeito preventivo no desenvolvimento da criança (FLORES; SMEHA, 2018).

Promover o desenvolvimento de crianças na primeira infância é desafio diário de muitos profissionais, instituições, entidades e dirigentes. Quando este público apresenta certas especificidades, como os bebês hospitalizados, com atraso no desenvolvimento, em situação de abrigo, cativos junto às mães presas, dentre outras situações, exige-se dos que se dedicam a eles, outros olhares, esforços e cuidados (SLEED; BARADON; FONAGYA, 2013).

Categoria 3: Violação dos direitos humanos da mãe e da criança

Esta categoria é composta por 5 dos 20 artigos selecionados. O tema apresenta a alteração e o não cumprimento dos direitos humanos das mães e de seus filhos.

Os centros prisionais tornaram-se verdadeiros armazéns humanos, onde a violação dos direitos humanos de mães e crianças se aprofunda. Toda essa transgressão levou à degradação do ser humano, que está perdendo a capacidade de viver de maneira digna (DIUNA; CORREIA; VENTURA, 2017).

Ademais, os autores Flores e Smeha (2018) indicam que, apesar do aumento do número de mães e seus filhos privados de liberdade, nota-se que, embora o sistema penitenciário forneça necessidades básicas, eles permanecem presos como suas mães, sem ter cometido nenhum crime para merecê-lo, adquirindo os costumes do ambiente penitenciário, onde vivem em idade precoce.

A principal desvantagem das prisões, além da falta de espaço, segundo Leal et al. (2016), é a ausência de uma preparação especial para que o módulo seja habitado por crianças. Por exemplo a falta de decorar as paredes com motivos infantis ou, até mesmo, móveis, portas e grades de segurança, bem como fechaduras automáticas na própria porta da cela.

Além disso, os autores Leal et al. (2016) e Chambers (2009) referem-se à escassez de profissionais de saúde para mães e crianças que estão presas. Ainda Diuna e Correia e Ventura (2017) afirmam que as crianças nascidas nos presídios precisam de cuidados, atenção e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento por profissionais especializados durante o período de encarceramento, pois são fatores importantes para a garantia de um desenvolvimento saudável para a criança, em uma prisão.

Estudos indicam que todas as prisões latino-americanas são suspeitamente similares, com regimes severos, penas longas, alta proporção de presos não condenados, mau estado das instalações, falta de cuidados médicos especializados e tratamento, além de pouco ou nenhum treinamento profissional e escassas atividades educacionais e recreativas. Isso tudo leva a um descumprimento dos direitos, como indica (ORTALE et al, 2019).

6.DISSCUSSÃO

A pesquisa concentrou-se no estudo das mulheres, mães ou grávidas encarceradas, sendo desenvolvida por meio da Revisão Integrativa da literatura que permitiu a entrada no complexo emaranhado de relações, discursos e práticas presentes no contexto penitenciário.

O caminho percorrido nos mostrou que dos 20 artigos selecionados para a revisão, 17 trazem a voz das mães e mulheres grávidas presas Shamai; Kochal,(2008), Fiume e Canazaro e Chitto, (2010), Leite et al. (2011), Oliveira e Miranda e Cavalcanti, (2015), Oliveira e Costa e Miranda (2015), Rojas e Carvanzo e Mora (2015), Soares e Cenci; Oliveira, (2016), Mariano e Silva, (2016), Leal et al. (2016), Diuna e Correia e Ventura, (2017), Miranda et al. (2017), Oliveira e Magalhães (2017), Batista e Loureiro (2017), Flores e Smeha (2018), Di iorio et al. (2019), Mahl e Solivo, (2019) ,Garcia e Pérez e Pérez (2019) e 3 são dos profissionais que trabalham na interação entre a maternidade e a prisão (SLEDA; BARADONB; FONAGYA, 2013), (BORGES et al, 2017), (DIUNA; CORREIA; VENTURA, 2017).

As percepções das mulheres sobre a maternidade e sua situação familiar enquanto privadas de sua liberdade devem ser analisadas à luz da situação de aprisionamento e da perturbação que isto causa em sua vida cotidiana.

Conforme identificado nos artigos Diuana e Correa e Ventura, (2017), Leal et al.(2016) e Ortale et al. (2019), há uma preocupação com o cotidiano de mães. De acordo com Heller (2014): “O cotidiano é a vida de cada homem e está no centro da história” (HELLER, 2014, p. 32), portanto, representa a esfera da realidade concebida pelos indivíduos, suscetível às mudanças e modificações do contexto social, o que nos permite considerá-la como um espaço em construção permanente.

A incorporação ao sistema penitenciário envolve processos que podem ser identificados pelos termos referidos por Goffman (1987) como deculturação, que se refere aos efeitos produzidos sobre os indivíduos pela permanência prolongada em instituições totais, onde:

“...todos os aspectos da vida ocorrem no mesmo lugar e sob a mesma autoridade (...) cada etapa da atividade diária é realizada na companhia imediata de um grande número de outros (...) todas as etapas das atividades diárias são estritamente programadas (...) toda a sequência de atividades é imposta de cima” (GOFFMAN, 1987 p. 19-20).

A organização burocrática de instituições totais para realizar a gestão das necessidades humanas usa a vigilância como mecanismo (GOFFMAN, 1987). Arnoso (2005), acrescenta:

"(...) todos os aspectos da vida são submetidos a um plano psicológico abrangente que tenta absorver a personalidade total do preso (...) tudo isso leva à redução do preso a um estado infantil, destruindo seu senso anterior de identidade e autoestima (ARNOSO, 2005 p. 56)

No contexto penitenciário, o fechamento institucional, as normas penais, e a vigilância constante, produz diferentes formas de fazer e viver o cotidiano que influenciam diversos âmbitos da vida. Portanto, é importante considerar o cotidiano de mulheres e seus filhos em cárcere (MARIANO; SILVA, 2018) e (FLORES; SMEH, 2018).

De acordo com a literatura, Melendro e Garcia (2013), o cotidiano da vida na prisão é desenvolvido sob rotinas pré-estabelecidas e na companhia de outros que não foram escolhidos, e que apenas compartilham sua condição de serem privados de liberdade, dentro dos limites de uma instituição com barreiras físicas, espaciais, sociais e afetivas.

A interferência do espaço físico para o desempenho das atividades cotidianas das mães é identificada nos artigos (OLIVEIRA, MAGALHÃES, 2017; OLIVEIRA, COSTA, MIRANDA, 2015; BATISTA, LOUREIRO, 2017). Sobre essa temática, Barnes e Stringer, (2014), relatam que as condições físicas das unidades são inadequadas, já que possuem infraestruturas insuficientes e a disponibilidade restrita e desigual de equipamentos, por exemplo, o playground infantil, nos pátios internos dos pavilhões.

Além disso, de acordo com o identificado no artigo Slead, Baradon e Fonagya (2013), a privação de liberdade da mãe tem implicações como a impossibilidade de compartilhar um espaço físico, ou seja, há um distanciamento geográfico forçado que também impede a consolidação das rotinas, o exercício da autoridade e o fortalecimento do vínculo emocional, entre outros aspectos da sociedade.

Segundo Goffman (1972), as características da vida cotidiana das pessoas privadas de liberdade coincidem com o princípio institucional de confinar pessoas para vigilância. De acordo com este princípio, a privacidade e a oportunidade de mudança de

cenário para as diferentes tarefas diárias - dormir, divertir-se e trabalhar - são significativamente limitadas.

Sem dúvida, outra preocupação que trazem os artigos (OLIVEIRA, COSTA, MIRANDA, 2015; FLORES, SMEHA, 2018; LEAL et al, 2016) é o próprio encarceramento da mãe. Sendo que o vínculo entre mãe e filho é afetado por este processo, na medida em que também separa a pessoa privada de liberdade do papel de mãe, do ambiente familiar (contaminante ou não) e, portanto, de seus filhos, e dessa forma a priva dos atos próprios de suas responsabilidades como mãe (MELLO, 2014).

Cruells e Igareda, (2005) enfatizam que esta situação priva as mulheres presas de capacidades vitais, causa uma falta de autonomia, iniciativa, responsabilidade e capacidade de decisão.

Estudar a maternidade encarcerada significa abordar um fator importante na vida das mulheres, a separação e a ausência de laços com seus filhos é uma das maiores fontes de dor, intimamente relacionada aos sentimentos de fracasso e culpa, que persistem mesmo após a libertação (SURT, 2005).

De acordo com Rojas, Benkelfat e Mora (2015), as presas trazem em seus discursos a importância da manutenção do vínculo através das visitas, tanto pelo contato com o mundo exterior, quanto pela marca de identidade para sua condição de mãe, mesmo que a visita gere um sentimento de angústia, uma vez que as possibilita serem vistas pelos seus filhos nas condições atuais de privação de liberdade.

O cotidiano das mães encarceradas é limitado por aspectos ambientais e atitudinais, advindos das relações familiares, das restrições normativas e regulatórias, e, de igual ou maior impacto, por questões existenciais da mulher.

Para Houck e Loper (2002), a maternidade é um fator que complica a vida das mulheres na prisão, dando origem a sentimento de culpa, medo e frustração, sob a impossibilidade de manter um contato fluído e permanente com seus filhos. Isto forja um desenraizamento inevitável que torna a sentença mais difícil, tendo um impacto negativo sobre a autoestima, levando-as a desenvolver estados de insegurança e baixa autovalorização (Foster, 2012).

Entretanto, como contrapartida, esta situação leva ao desenvolvimento de estratégias para viver sua maternidade, através da superproteção à distância e da projeção de cenários futuros (Shamai e Kochal, 2008).

Os resultados deste estudo (SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; MEDEIROS et al, 2018) mostram, para as mães e suas famílias, que há um forte impacto emocional gerado pelo fato de estarem presas, sendo os aspectos mais significativos expressos pelos parentes de pessoas que estão em cárcere, em relação ao seu estado emocional: solidão, depressão, tristeza, dor, ressentimento, melancolia e desolação: "Para as famílias, a prisão é um drama humano e social de dimensões incalculáveis. Ela produz um vazio afetivo, desestabiliza emocionalmente e envolve sérios conflitos" (Orrego J, 2001, p. 84).

Estes resultados são consistentes com Nesmith e Ruhland (2008), que mostram como a prisão, para o adulto, se torna uma experiência traumática, assim como para as crianças. É uma experiência que gera alterações na condição psicológica, pelas exigências ambientais envolvidas nas novas relações familiares, pessoais e escolares, e pelas percepções que elas têm da prisão e das novas condições de contato com seus pais, por exemplo, em visitas. Conforme os resultados encontrados no estudo Ortale et al (2019), afetam drasticamente a composição familiar e podem levar a sua desintegração, deixando as crianças em uma situação emocional crítica.

Ademais, a pesquisa de Cecil et al (2008), aponta problemas nos acordos sobre o cuidado das crianças, e isto se reflete em comportamentos problemáticos que as crianças possivelmente não apresentavam antes, por exemplo, quando diferentes cuidadores não conseguem coordenar seus esforços parentais. Algumas questões surgem deste achado, como aquelas em que Moreno (2012) afirma a continuidade ou fortalecimento do vínculo familiar dos filhos com um ou ambos os pais privados de liberdade. Não depende deles exclusivamente, mas em geral, da vontade de um terceiro para manter a relação com os esses pais.

Os resultados do artigo Di iorio et al (2019), ressaltam a importância dos vínculos familiares com as crianças, bem como sobre os efeitos das separações precoces,

referindo que os laços emocionais são fundamentais para o desenvolvimento socioemocional das crianças.

De acordo com os resultados atuais, estudos anteriores mostraram com a teoria do apego, por exemplo, que "(...) eles (os vínculos) desempenham um papel fundamental para explicar porque algumas crianças crescem felizes e autoconfiantes, outras ansiosas e deprimidas, e outras ainda, frias e agressivas " (GARELLI; MONTUORI, 1997, P. 122).

Esta evidência, possivelmente, permitiu que a pesquisa sobre a infância e o encarceramento de um ou ambos os pais se desenvolvessem de forma ampla e profunda:

"as consequências das separações precoces, sejam temporárias ou definitivas, no desenvolvimento da personalidade podem ser observadas a curto prazo, através de mudanças imediatas no comportamento das crianças [...] ou mais tarde, a longo prazo, através de alterações emocionais que perturbam definitivamente o funcionamento da personalidade nos adultos "(Garelli; Montuori, 1997, p. 122).

Essas considerações são oportunas, pois mostram possíveis impactos relacionais que colocam em risco a composição da família, sua desintegração, a perda dos laços (TRACY, 2010) e a necessidade de estabelecer papéis e outras formas cotidianas do grupo familiar (VALENZUELA, et al., 2012).

Conforme identificado nos artigos (OLIVEIRA, MAGALHÃES 2017; FLORES; SMEH, 2018; LEAL et al, 2016), muitas das mulheres na prisão sofrem o abandono familiar, já que muitas vezes a família não consegue perdoar o crime cometido e preferem não realizar as visitas ou manter o contato, provocando um desligamento da família que se torna um dos motivos do distanciamento, da omissão, da falta de esperança e busca de auxílio.

Além da visita, as mulheres não têm nenhum outro lugar de encontro físico com seus entes queridos segundo estudo de LEAL et al (2016), daí a importância da visita e o significado que lhe é dado, tanto pelo detido como por seus familiares.

Essa preocupação aparece também na literatura de Becerra e Pineda (2004), definindo que o objetivo da visita é manter e fortalecer o vínculo familiar, pois se consolida

como "a alegria de compartilhar com a família", sendo a expressão de um rito essencial de afeto do detido e constitui a principal ponte de comunicação não só com a família, mas com a sociedade".

O estudo de Cid e Marti (2015) aponta a importância do papel que desempenha a família na ressocialização da pessoa privada de liberdade, porque representa uma rede de apoio durante e após a prisão, representando assim um fortalecimento do processo de ressocialização para as pessoas privadas de liberdade.

Outros estudos afirmam a importância da visita no processo de ressocialização, já que aqueles que têm uma rede de apoio fortalecida tem também uma melhor adaptação à vida na comunidade uma vez libertados. Em outras palavras, encontraram maiores oportunidades de emprego e treinamento após a sentença, tiveram um lar para onde ir e mantiveram suas relações afetivas, o que reduziu a probabilidade de reincidência (VILLAGRAN, 2010).

Os resultados também apoiam a ideia de facilitar a comunicação das mulheres com seus filhos através de tecnologias de comunicação, dada a importância desta dimensão na identidade das mulheres encarceradas (CREWE, et al., 2017; COLLICA, 2010). De acordo com as evidências de Valenzuela e colegas (2012), medidas como estas não só ajudariam as mulheres encarceradas a lidar melhor com as dores da prisão, mas também reduziriam o impacto social do encarceramento feminino.

Diwana, Correa, Ventura (2017) e Flores, Smeh (2018), apresentam a discriminação e estigmatização das crianças de pessoas privadas de liberdade, com a ocorrência de trauma, medo, vergonha, culpa e baixa autoestima. E, desse modo, ao não ter apoio necessário, muitas crianças começam a apresentar problemas de saúde física e psicológica ou até comportamentos regressivos, seu desempenho na escola piora e manifestam tendências agressivas ou antissociais (ORTALE, QUINTERO, 2019).

Alguns outros problemas detectados no estudo de Flores e Smeh (2018), foram mudanças nos padrões de sono ou alimentação, estresse, depressão, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, hiperatividade, comportamento agressivo, retração, regressão, comportamento dependente ou irresponsável e mau desempenho

escolar. Resultados similares foram obtidos por Macari et al (2018), que realizou um levantamento sobre desenvolvimento psicomotor e os níveis de cortisol de crianças que viviam com suas mães, dentro da prisão, e outras que moravam com outros familiares. Mostrando, deste modo, que as crianças, morando com suas mães, tinham maior produção de cortisol e apresentavam alguns atrasos no desenvolvimento do que as crianças que moravam com seus familiares.

O ambiente prisional é um espaço impróprio para o desenvolvimento saudável de um bebê, segundo os relatos das mães no estudo (GARCIA, PEREZ; PEREZ, 2019), por ser um lugar onde há fragilidade da rede de apoio das regras do sistema prisional, e acima de tudo é um ambiente fechado, depressivo, agressivo, agitado e conflituoso.

Muitos dos resultados confirmam que o encarceramento desses menores se justificada, principalmente, pela manutenção do vínculo materno, bem como pela efetivação do aleitamento, tão necessário para o saudável desenvolvimento de uma criança (PEREIRA, 2013). Porém há quem defenda que as condições disponibilizadas pelo cárcere tendem a prejudicar o desenvolvimento da criança, já que os presídios não possuem estruturas que proporcionem o vínculo familiar, tampouco ofereçam meios que promovam o desenvolvimento da criança (STELLA, 2009).

Embora estes resultados sejam divergentes, eles são consistentes com o fato de que os bebês precisam de estimulação que possibilitem e enriqueçam experiências nos aspectos cognitivos, sociais e afetivos que repercutirão na primeira infância e vida adulta (MACHADO,1997).

O encarceramento dos filhos junto às mães não pode ser considerado como sendo totalmente bom ou ruim, afinal existem inúmeros pontos favoráveis e desfavoráveis nas duas situações, que necessitam de reflexões complexas e aprofundadas, considerando-se caso a caso.

A gravidez durante a privação de liberdade, segundo Di iorio et al (2019), Armelin, Mello e Gauer (2010) tem várias consequências para a mãe e seu filho, tanto no momento em que eles nascem e devem adaptar-se ao contexto prisional, como quando são separados da mãe para viver com um membro da família ou em um abrigo.

Quanto às necessidades das mulheres grávidas na prisão, há a questão de que, em alguns casos, a prisão não possui estruturas aptas para as mulheres grávidas, resultando em sua transferência para locais distantes da família, portanto, aumentando as dificuldades (KRUNO, MILITAO, 2014, p.78).

Após o nascimento, os autores Garcia, Perez e Perez (2019) falam que as crianças presas sofrem todos os males de suas mães, ou pior ainda, porque são seres frágeis e vulneráveis, expostos à falta de condições propícias ao seu desenvolvimento, o que afeta sua capacidade de aprender e socializar.

Estudos afirmam que não é ideal que uma criança passe os primeiros seis meses de sua vida na prisão, mas é melhor que o faça, para se vincular a sua mãe e ser amamentada. Psicólogos, pediatras e assistentes sociais (DI IORIO et al, 2019) afirmam que é melhor para uma criança nascer na prisão do que nascer sem uma mãe.

A relação que se cria entre mãe e filho nos primeiros meses de vida é simbiótica e essencial para ambos, e é por isso que existe uma disposição legal segundo a qual a criança deve passar este período com a mãe, mesmo que esteja em condições frequentemente inadequadas (QUEIROZ, 2015, p.65-66). Assim, a prisão feminina traz consigo a possibilidade de experimentar o ciclo gravitacional puerperal dentro da prisão, mesmo que seja singular e permeado de especificidades. Esse fato, por sua vez, traz repercussões significativas tanto para a vida da mulher quanto de seu filho, segundo os estudos de Mariano e Silva (2016).

Além da vulnerabilidade na construção do vínculo mãe-filho, em conexão com a expectativa de separação imposta pela situação de encarceramento, outro aspecto conflitante também é adicionado. O poder e dever de cuidar do filho e de integrá-lo em seu ambiente familiar e sociocultural é permanentemente confrontado com as restrições impostas ao poder decisório da mãe e sua autoridade sobre os filhos, como é visto nos resultados (GARCIA, PEREZ, PEREZ 2019; CHAMBERS,2009; ARMELIN, MELLO, GAUER, 2010).

Outros estudos (MEDEIROS, 2018; DIUANA, CORREA, VENTURA, 2017; FLORES, SMEH, 2018; MAHL, SOLIVO, 2019) mostram que estas mulheres

desempenhavam um papel central no cuidado diário e no apoio econômico de seus filhos e outros membros. Portanto, é previsível que a sua prisão cause, por um lado, um forte vazio e impacto emocional, quando o vínculo diário é interrompido e, por outro lado, grandes mudanças na forma de subsistência, organização familiar e sua dinâmica (AMARAL; BISPO, 2016).

Ao analisar as condições em que vivem as mães grávidas, verifica-se a ausência de assistência, cuidado, respeito e dignidade necessários para que elas possam criar uma criança com boa saúde e em condições adequadas, além do fato de que as crianças, após o nascimento, também sofrem com o ambiente insalubre e precário das prisões (LEJARRAGA, 2016).

Ramírez (2006), em “Construcción subjetiva de los infantes que viven con sus madres en prisión”, argumenta que é necessário estudar rigorosamente a vida psíquica das crianças que vivem com suas mães na prisão, a fim de obter argumentos para a concepção de ações em seu benefício.

De acordo com Cárdenas em seu estudo (2010), o significado da prisão para as crianças e sua educação dentro do sistema penitenciário é questionável, o autor propõe a necessidade de atividades para a formação de mães e crianças na prisão, assim como um acompanhamento adequado do desenvolvimento desta última.

Outro estudo aponta que para algumas mulheres, ter um filho é uma forma de se reconciliar com os valores culturais e ganhar reconhecimento ao mostrarem compromisso com a parentalidade (ESPINOZA; MARTÍNEZ; SANHUEZA, 2014).

Esses achados indicam ser necessário interferir em aspectos onde se possui pouco alcance, como, por exemplo, a oferta de lugares apropriados onde a mulher possa ter dignidade e condições para experimentar seu período pré e pós-natal favoravelmente.

Para analisar o sistema prisional, é necessário lembrar que as pessoas privadas de liberdade não perdem sua dignidade humana ou seus direitos; embora vários direitos sejam restritos, o direito à família e à autodeterminação da pessoa não fazem parte desse grupo.

Muitos autores (SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; CHAMBERS, 2009; DIUNA, CORREIA, VENTURA, 2017), argumentam que a prisão é vista como um ambiente perigoso, pela privação de liberdade, marcado pela precariedade, superlotação, más condições de higiene, pequenas celas e falta de respeito aos direitos individuais dos presos.

Os direitos humanos estão diretamente relacionados ao contexto histórico e social de cada sociedade, e durante o desenvolvimento e conseqüente progresso da humanidade, surgiram exigências para a instituição de garantias aos cidadãos. Neste sentido, Bobbio (2004, p.9) afirma que:

os direitos humanos, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizado pela luta por novas liberdades contra as antigas e nascem gradualmente, não de uma só vez ou todas de uma só vez (Bobbio,2004, p.9).

No sistema penal atual, as penas físicas cruéis e formas violentas de punição não são mais utilizadas. Mas são substituídas por outros tipos de punição, tais como penas privativas de liberdade, medidas de segurança e penas restritivas de direitos, como forma de melhoria e progresso da lógica punitiva, o que gera na sociedade o sentimento de que o poder público está agindo de forma justa (SALLA, GAUTO; ALVAREZ, 2006, p.342).

Ampliando a questão, o estudo de ARMELIN, MELLO, GAUER (2010) produz resultados que destacam as Regras Mandela, nas quais estabeleceram novos parâmetros sobre o tratamento dos prisioneiros, priorizando a dignidade da pessoa humana, já que as pessoas privadas de liberdade merecem ser tratadas como seres humanos com direitos que merecem proteção, respeito e condições mínimas de sobrevivência, como já mencionado.

Assim, embora as Regras Mandela fossem baseadas na igualdade de tratamento de mulheres e homens privados de liberdade, são necessárias regras específicas para tratar das condições das mulheres na prisão, que foram consolidadas com as Regras de Bangkok, também conhecidas como Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres na Prisão e Medidas Não Custodiaras para mulheres infratoras (INFOPEN, 2018).

Também, as Regras de Bangkok, que foram adotadas pelo Décimo Primeiro Congresso das Nações Unidas, em 2005, e sessenta países comprometeram-se a seguir suas diretrizes para o tratamento humano dentro das prisões femininas e a consolidação de instituições penais justas e eficientes (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016a, p.18), dentre eles o Brasil.

A primeira Regra de Bangkok apresenta que é essencial reconhecer a distinção entre as necessidades das mulheres privadas de liberdade, de modo que a igualdade entre os sexos deve ser buscada sem qualquer discriminação (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016a, p.19). No entanto o estudo Leal et al (2016) revela que a maioria dos estabelecimentos femininos não possui condições adequadas para manter e atender as presas gestantes. Apontando que 80,39% das penitenciárias não dispunham de creches para acolher os filhos das presas, sendo improvisado nas próprias celas locais para abrigá-los.

Ainda, de acordo com a Norma 5, a instituição deve tomar providências para o alojamento das mulheres em instalações e com materiais que atendam às necessidades específicas de higiene e espaços adequados, especialmente, para as mulheres grávidas e lactantes (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016a, p.21). Entretanto, a grande maioria das prisões ainda não possui estruturas adequadas para o crescimento saudável de uma criança. O espaço prisional, como já mencionado ao longo deste estudo, é inapropriado para o desenvolvimento de uma criança em todos os aspectos biopsicossociais (FLORES, SMEH, 2018).

Chambers (2009) apresenta em seu estudo a ausência de preparação especial para que o módulo prisional seja habitado por crianças. Um exemplo desse despreparo é a falta de decoração nas paredes com motivos infantis. Ainda Diuna, Correia e Ventura (2017) falam sobre a infraestrutura que não proporcionam um ambiente adequado para as visitas das crianças.

Há, ainda, o não cumprimento da regra 28 que garantiria e estimularia o contato do prisioneiro com membros da família, incluindo crianças, seus tutores e representantes legais, proporcionando um ambiente adequado para as visitas das crianças (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016a, p.24-27).

Além disso, os autores Flores e Smeh (2018) referem-se à escassez de profissionais de saúde para mães e crianças que estão presas, pois as crianças ao nascerem precisam de cuidados, atenção e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento por profissionais especializados. Profissionais especializados na saúde da mulher também são necessários, principalmente para as fases pós-nascimento e puerpério.

Assim, os contextos encontrados nos estudos estão em desacordo às regras 6, 9 e 18. Eles se referem ao direito à saúde tanto da mãe como da criança (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016a, p.22), sendo essas algumas das disposições normativas contidas nas Regras de Bangkok, que tratam as mulheres privadas de liberdade de uma maneira abrangente e humana, oferecendo-lhes proteção, saúde e dignidade.

Como pode ser visto, no entanto, por mais que estas condições ideais para o tratamento de mulheres grávidas privadas de liberdade estejam previstas em normas internacionais, nas Regras de Bangkok, a realidade vivida por estas mulheres é, em muitos casos, completamente diferente, conforme resultados do estudo (DI IORIO et al, 2019) em que as mulheres expressam como é sistema penitenciário na atualidade, e como ele ainda está longe de alcançar e cumprir todas estas disposições (COSTA, 2011).

Diaz e Velásquez (2013) ressaltam que o Estado deve assegurar a cidadania e a dignidade das mulheres grávidas que estão na prisão, e a vida e saúde da criança gerada não devendo haver punição pela ausência de garantias de direitos.

Afirma-se que tanto a mulher quanto a criança são sujeitos de direitos como qualquer outro cidadão, e a mulher-mãe no contexto da prisão, já é responsabilizada pelo crime cometido, com a privação do seu direito de ir e vir. No entanto a privação de seus direitos fundamentais como mãe não é aplicável em caso algum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que o ambiente prisional impacta na formação da relação mãe-filho e na construção do vínculo entre eles. Esse vínculo é um fator essencial para a saúde física e mental das crianças.

Ele tem consequências no desenvolvimento da criança e esse estudo fornece evidências adicionais sobre como a presença da mãe é importante nos primeiros anos de desenvolvimento infantil, a chamada primeira infância, sendo que sua ausência pode gerar problemas no transcurso da vida social e emocional da criança. Por outro lado, o estudo evidencia que as prisões não oferecem ambientes saudáveis para o desenvolvimento da criança, pois essa população precisa de ambientes que ofereçam condições adequadas para seu desenvolvimento.

Foi identificado um pequeno número de artigos científicos abordando essa temática, destacando a necessidade de mais pesquisas nesta área, focalizando estudos de acompanhamento de crianças que nasceram ou estiveram nos seus primeiros meses de vida junto a suas mães em prisões.

As publicações entre os anos de 2017 a 2019, evidenciam a urgência de estudos sobre o desdobramento do cárcere no desenvolvimento físico e psíquico dessas crianças, visto que grande parte delas, quando sai deste contexto, continuam vivenciando situações de extrema vulnerabilidade social. Ainda, de acordo com a literatura, o contexto prisional interfere no desenvolvimento da relação da mãe e bebê nos primeiros meses de vida.

As situações, influenciadas por fatores sociais e culturais, e agravadas pelo ambiente que as mães e seus bebês vivem diariamente no ambiente prisional, as tornam vulneráveis em termos de sua saúde e outros direitos, apesar da existência de inúmeros instrumentos legais que garantem a essas mulheres o acesso aos direitos e, conseqüentemente, a proteção da pessoa humana.

Estas reflexões apontam para a necessidade de conceder a estas mães e crianças, que experimentam a invisibilidade social, jurídica e administrativa, os direitos já garantidos pela Constituição, uma vez que mãe e filho estão expostos a uma situação de

ainda maior vulnerabilidade neste contexto de confinamento com repercussões em todo o processo biopsicológico da criança e da mãe, portanto, devem ser cuidadas, a fim de minimizar as complicações.

É importante considerar que as crianças têm o direito de viver em um contexto adequado às necessidades de sua idade, permitindo-lhes desenvolver plenamente suas capacidades. Tal situação não implica uma separação de suas mães, mas sim assumir estas circunstâncias prejudiciais e criar espaços e intervenções apropriadas as suas características desenvolvimentais.

Encontrou-se nos estudos que o contexto prisional dificulta o desempenho do papel de mãe pelas mulheres que são mães e estão em cárcere presas.

É preciso dar maior atenção às mulheres que experimentam a maternidade em detenção, pois o ambiente prisional tem fortes implicações para o estabelecimento da relação mãe-filho e a formação do vínculo neste binômio.

Os dados obtidos na presente revisão podem ser utilizados para desenvolver intervenções destinadas a melhorar o ambiente prisional, tanto em termos das relações interpessoais, dentro da prisão, quanto do espaço físico no qual as mulheres/mães presas permanecem e ou recebem os seus filhos. Criando, assim, condições mais favoráveis que poderão estimular a presença de crianças e, conseqüentemente, contribuir para o fortalecimento do vínculo mãe-criança e relação afetiva entre ambos.

O que pode, futuramente, vir a confirmar a importância desse vínculo como uma ajuda valiosa para minimizar o impacto negativo da prisão na vida emocional, educacional e social das crianças, assim como para a reorganização do sistema familiar após a conclusão da sentença pela mãe.

Sugere-se novos estudos teóricos de campo e longitudinais, que visem avaliar os benefícios dos investimentos na relação mãe-filho no contexto penitenciário. Assim, os pesquisadores e as experiências narradas pelas presidiárias e ou seus filhos acrescentarão conhecimentos essenciais para guiar as discussões públicas sobre o tema no Brasil e em países com contextos semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, M. «Mujeres presas: La doble condena» En: Manzanos, César (coord.). Políticas sociales para abolir la prisión. Vol 3 Vitoria-Gasteiz, Ikusbide,p. 23,2011.
- ARAGÃO, F. Las mujeres en las prisiones. La educación social en contextos de riesgo y conflicto. Vol1 Barcelona. Gedisa p.15, 2011.
- ARCOS E, MUÑOZ LA, SÁNCHEZ X, VOLLRATH A, LATORRE C, BONATTI C, et al. Vulnerabilidad Social en mujeres embarazadas de una comuna de la Región Metropolitana. Revista Medica vol 2Chile,139(6):739-47, 2011.
- ARMELIN, F; MELLO C.; GAUER G. Filhos do cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. *Revista Da Graduação*, 3(2) p. 23, 2010.
- ARTEIRO, C. "Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina". Revista Nueva Sociedad 208: pp. 73-85. Vol 3, Buenos Aires: Fundación Foro Nueva Sociedad, p.52, 2017.
- BADINTER, E. L'amour en plus. Historia del amor maternal XVIIe-XXe Siècle. París, Flammarion, p.30, 1980.
- BALLESTEROS, A; ALMEDA, E (2015). «Políticas de igualdad en las cárceles del siglo xxi: Avances, retrocesos y retos en la práctica del encarcelamiento femenino, 2015.
- BARNES MW; HENNINGER A. Recidivism after release from a prison nursery program. *Public Health Nurs.* 2014;31(2):109-117. doi:10.1111/phn.12072.
- BASSET, J; LAMPE, M; LLOYD, Y; LARSON, K, Living with under-fives: a programme for parents with a mental illness *British Journal of Occupational Therapy*, edição 4, London, v. 64, n.1, 2001, pp. 23-28.
- BATISTA, L.; LOUREIRO, A. "Será que ele vai me chamar de mãe?": Maternidade e separação na cadeia. *Revista psicologia política.*, São Paulo, v. 17, n. 38, p. 57-71, abr. 2017.

BOTELHO, L. CUNHA, C; MACEDO, M. The integrative review method in organizational studies. Ed.1, Inglaterra, p.66, 2011.

BROOME, M. Integrative literature review for the development of concepts. In: Rodgers BL, Knafelz KA. Concept development in nursing. Edição, 2 Philadelphia: Saunders; 1993, 1993, pp. 231-50.

BOWLBY, J.. Attachment and Loss, Vol.2: Separation: Anxiety and Anger. Londres: Hogarth Press. trad. española: La separación afectiva, p.90, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Audiência de Custódia, Prisão Provisória e Medidas Cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra. Brasília, p.93, 2018.

CAMPOS, D; OCANA, G. «Infants with mothers in prison». En: Shaw, R. (ed.). Prisoners' children: what are the issues? Edição 2 Londres: Routledge, p.45, 2017.

CABALLO L; SIMÓN P. «Exclusión social y prisión: Algunas propuestas para combatirla». En: Manzanos, César (coord.). Políticas sociales para abolir la prisión. Vitoria-Gasteiz: Ikerbide., p.39, 2002.

CARVALHO, D. experiências de gênero, opressões e liberdade em uma prisão feminina. Tese de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, p.172, 2014.

CID, J; MARTI, J. “Encarcelamiento, lazos familiares y reincidencia. Explorando los límites del familismo”, Revista Internacional de Sociología, 73 (1), 2015.

CONTRERAS, P. Maternidad tras las rejas: Una aproximación a la realidad de las mujeres en las cárceles de Catalunya (España). Revista Umbral, 11, p. 39-58, 2018.

COOPER H. The integrative research review: a systematic approach. Beverly Hills (CA): Sage Publications, p.132. 2013.

CORREIA, I. Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world, Edição 43, England, Elsevier, 2018.

COSTA, M. Avaliação Laboral Carcelaria y Diseño de un proyecto nacional de rehabilitación de reclusos basado en desarrollo de microempresas. Universidad Católica de Colombia, pp. 894,2016.

CORTÁZAR ET AL. Las mujeres invisibles: Los costos de la prisión y los efectos indirectos en las mujeres, 2015.

CHAMBERS A. Impact of forced separation policy on incarcerated postpartum mothers. Policy Polit Nurs Pract., Aug;10(3):204-11,2009.

CRITICAL APPRAISAL SKILLS PROGRAMME. CASP Qualitative Checklist. [online] (2018). Disponível em: <https://casp-uk.net/casp-tools-checklists/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

CRESTANI, A. H. Et al. A experiência da maternidade e a dialogia mãe-filho com distúrbio de linguagem. Revista CEFAC, v. 2, n. 14, p. 350-360,2012.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. (2008) *Mulheres Encarceradas Diagnóstico Nacional: consolidação dos dados fornecidos pelas Unidades da Federação*. Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em:<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/cadeias/doutrina/Mulheres%20Encarceradas.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2017.

DINIZ, D. Cadeia: Relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIUANA, V. Módulo Psicossocial. In: LEAL, M.C.; SANCHEZ, A. (Coords). Saúde materno-infantil nas prisões. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, p. 67-157,2014.

DIUANA, V. et al. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2041-50, 2016.

DIUANA, V.; CORREA, M.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. Physis, Rio de Janeiro , v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017 .

DI IORIO, S et al. Growth and development of children living in incarceration environments of the province of Buenos Aires, Argentina. *Rev. esp. sanid. penit.*, Barcelona , v. 21, n. 3, p. 118-125, 2019 .

Diretoria de Análise de Políticas de Públicas da Fundação Getúlio Vargas - FGV DAPP, 2016.

DE LA ROSA, M «Teorías sobre la criminalidad femenina» en Del Olmo, Rosa (coord.): *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*, 2012.

ECHEVERRIA I, *Temas Penitenciarios*. Escuela Penitenciaria Nacional, Bogotá, 2020.

FERNANDEZ, J. *Sociología de las instituciones: Bases sociales y culturales de la conducta* Madrid: Morata, 2016.

FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*, p.211,2003.

FLORES, N., LUCIANE NAJAR SMEHA. “Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão”, 2018.

GALVÃO CM. *A prática baseada em evidências: uma contribuição para a melhoria da assistência de enfermagem perioperatória [livre-docência]*. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo; 2002.

GALVÃO C, SAWADA N, TREVIZAN M. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Rev Latinoam Enfermagem*; 12(3):549-56,2004.

GARELLI, J., MONTUORI E. Vínculo afectivo materno-filial en la primera infancia y teoría del attachment, pp. 122,1997.

GALLIZO, M. *Penas y personas: 2810 días en las prisiones españolas*,2015.

GANONG, L. *Integrative reviews of nursing research*,1987.

GARCÍA, A; PÉREZ, R; PÉREZ E. ¿Libres en prisión? Niñas y niños que nacieron y vivieron con su madre en el Centro Femenil de Reinserción Social Santa Martha Acatitla. *Revista Mexicana De Ciencias Penales*, 3(9), 147-172,2019.

GERMANO, I; MONTEIRO, R.; LIBERATO, M. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 27-43, pp. 2018.

GIL, L “On social representation”. En J.P. Forgas (Comp.). *Social cognition. Perspectives in everyday life*. Londres, Reino Unido: Academic Press., 2014.

GÚTIEZ, P; SÁNCHEZ, M; SIERRA, L. Mujeres y prisión en Colombia: desafíos para la política criminal desde un enfoque de género *Edição 1*, Bogota , p.60-73, 2011.

GRAZIOSI, M., Who multi-country study on women’s health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women’s responses. Geneva: World Health Organization, 2016.

HELLER, A. O cotidiano e a história. 10^o ed. São Paulo: Paz e Terra: 2014.

HELPEZ, L. Reclusas con hijos/as en la cárcel. En E. Almeda Samaranch y E. Bodelón (Coords.), *Mujeres y castigo. Un enfoque sociojurídico y de género* (pp. 263-276). Barcelona, España. Dykinson,2014.

International Centre for Prison Studies-ICPS. (2017). *World Female Imprisonment List* (4a ed.). London: WPB. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/about-wpb>

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), 2^a edição – Atualização: junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf.

KRUNO, MILITAO A violação aos Direitos Humanos das gestantes no Sistema Penitenciário Feminino Brasileiro *Revista Saúde (Santa Maria)*, Santa Maria, v. 40, n. 1, p.75-84, jan-jul 2014.

LEAL, M. et al . Nacer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2061-2070, July 2016.

LEJARRAGA H. La interacción entre genética y medioambiente. En: *Desarrollo del niño en contexto*. Buenos Aires: Paidós; .Págs.99-14,2004.

LEJARRAGA H, PASCUCCI MC, KRUPITZKY S, KELMANSKY D, et al. Psychomotor development in Argentinian children aged 0-5 years. *Paediatr Perinatal epidemiol* ; 16:47-60,2002.

LORENZANA, D RUBIO,L ; CANDEL,G Feelings and maternal experiences associated with the breastfeeding process. *J Nurs UFPE*,9343-51,2016.

LORA, V *Nacemos de mujer. La maternidad como experiencia e institución*, 2012.

MAHL, A; SOLIVO R. A separação da mãe e do bebê na Carceragem v. 10, n. 1, p. 23-30, 2019

MARIANO, G; SILVA, I. Significando o amamentar na prisão. *Texto contexto enferm. Florianópolis* , v. 27, n. 4, e0590017, 2018.

MARTÍNEZ, M. *Cachorros de nadie*. Madrid: Editorial Popular. Madrid, 2016.

MELENDRO E.; GARCÍA O. Estrategias eficaces de intervención socioeducativa con adolescentes en riesgo social *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, núm. 22, p 105-121,2013.

MELO C, *Aprisionamento de Inocentes: O Encarceramento dos Filhos de Mães Presas*. Dissertação (Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ,2015.

MELNYK, F.; STILLWELL, M; WILLIAMSON, H. Evidence-based practice, step by step: searching for the evidence, p. 52-53,2010.

MENDES, K; SILVEIRA, R; GALVÃO, C. A prática baseada em evidências: uma contribuição para a melhoria da assistência de enfermagem perioperatória [livre-docência]. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo, 2008.

MERIGH, the significance of breastfeeding to incarcerated pregnant women: an exploratory study,2011.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MIRANDA, D; MATÃO, M; MALAQUIAS, A; SOUZA, E. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro. 6. 10.19175/recom. v6i2.984.2016.

MONDRAGON.M La infancia con el padre o la madre en prisión. Barcelona: Hacer, 2017.

MORENO, A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. Psicol. estud.. Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2012.

MUZIK, M. et al. Mother–infant bonding impairment across the first 6 months postpartum:the primacy of psychopathology in women with childhood abuse and neglect histories.Archives of women's mental health, v. 16, n. 1, 2013,p.29-38.

NESMITH, A; RUHLAND, E. Children of Incarcerated Parents: Challenges and Resiliency, in Their Own Words. Children and Youth Services Review. 30. 1119-1130. 10.1016/j.childyouth.2008.02.006.

NOGUEIRA, A. et al. Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante. Revista Ciência Plural. 6. 18-31,2018. 10.21680/2446-7286.2020v6n1ID18255.

QUÍLEZ, R. 156 menores de tres años viven en España junto a sus madres presas: Los niños de la cárcel., 2006 El Mundo. Recuperado de <http://www.elmundo.es/elmundo/2006/11/14/solidaridad/1163505079.html>

QUIÑONEZ, P. Manual de recomendaciones para atender a niños, niñas y adolescentes con padres y madres privados de libertad,2009.

Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) – junho de 2017. Organização: Marcos Vinícius Moura Silva. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf

Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras / Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. Brasília: CNJ, 2016.

Rodríguez, A. Psicología social de los prejuicios. Madrid: McGraw-Hill, p. 295-315,2018.

RODRÍGUEZ, M., DE LA FUENTE. Sociología para la intervención social y educativa,p. 281,2007.

RODRÍGUEZ M; HERNÁNDEZ T; FLORES D; MARTOS D; MORUNO C; MIRALLES P, Prisión y derecho a la educación. Armario de la Escuela de Práctica Jurídica, 1, 1-12, 2012.

ROIG, A. Sobre las consecuencias de la cárcel en los hijos e hijas de personas privadas de libertad. Dentro Nicolás, G. y Bodelón, E. (ed.) Género y dominación: Críticas feministas del derecho y el poder, p. 203-209,2013.

ROJAS D; BENKELFAT, K; MORA-ANTÓ, A. Narrativas acerca de las Relaciones Familiares en Mujeres en Situación de Reclusión Carcelaria. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 14 (1), pp. 273-286,2016.

RUEDIGER, M; SANCHES, D., "Prison, désaffiliation, stigmates. L'engrenage carcéral de l'"nutile au monde" contemporain", en *Déviance et Société* 4, vol. 27, Francia. 2018.

SALLA, F.; GAUTO, M.; ALVAREZ, M. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.

SOARES, I; CENCI, C; OLIVEIRA, L. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 16. 27-45,2016.

SOUZA, M; SILVA, D; CARVALHO R. Integrative review: what is it? How to do it?, 2010.

SOUZA M, SILVA R, CARVALHO D. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero, 2010.

SHAMAI, M; KOCHAL, R. "Motherhood Starts in Prison": The Experience of Motherhood Among Women in Prison. *Family process*. 47. 323-4,2008.

SLEED, M., BARADON, T.; FONAGY, P. New Beginnings for mothers and babies in prison: a cluster randomized controlled trial. *Attachment & human development*, 15,4, 349–367,2013.

STELLA, C. Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para seus esenvolvimentos. São Paulo: LCTE Editora, p.117,2006.

STELLA, Claudia. O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. *Revista da educação*. Cascavel. Vol.3, Nº 8. 2009.

SLOOTJES, O; MCKINSTRY, K; KENNY, H. Infants with mothers in prison. En: Shaw R. ed. *Prisoner's children: what are the issues?* Londres: Routledge 992. Págs.19-28., 2016.

SPINOLA P.F.A experiencia da maternidade no cárcere: cotidiano e trajetórias de vida [dissertação].São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo;2016.

TEJERA, E. Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. *Análise Psicológica*, pp. 157,2016.

TORRES, F; LEFEBVRE H. El espacio social: aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina - La organización Barrial Tupac Amaru (Jujuy-Argentina). *Sociologias*, Porto Alegre, v.18, n. 43, p. 240-270, 2016.

URRA J, FIUME B, CHITTÓ, G. Condições em que as crianças vivem nas prisões, 2001.

VARELA, J. Fecundidad. Propuestas para la formulación de políticas. En P. Mieres. & J. Calvo (Comp). *Importante pero Urgente.*, 2014.

WHITTEMORE R, KNAFL K. The integrative review: updated methodology. *J Adv Nurs*. Dec; 52(5):546-53,2005.

ORTALE, M. et al. Experiencias de maternidad en la unidad penitenciaria Nº 33 de La Plata, Argentina. *Anthropologica*. Lima, v. 37, n. 43, p. 153-174, 2019.

OLMOS, Y. Reclusion de mujeres por delitos de drogas: Reflexiones iniciales. *Revista Española de Drogo-dependencias*, 23(1), 5-24, 1998.

OLMOS, Y. Mujeres en prisión: Intervención basada en sus características, necesidades y demandas. *Revista Española de Investigación Criminológica*, 5 (5), 1-24. 2007.

OLMOS, Y. Reclusión de mujeres por delitos de drogas: Reflexiones iniciales. *Revista Española de Drogo-dependencias*, 23(1), 5-24, 1998.

OLIVEIRA, L.; MIRANDA, F.; COSTA, G. Vivência da maternidade para presidiárias. *Revista Eletrônica De Enfermagem*, 17(2), 360–9. 2015.

OLIVEIRA M.; MAGALHÃES, C. Mães em contexto de cárcere: ambiente, práticas de cuidado e conhecimentos sobre desenvolvimento. *Mudanças - Psicologia da Saúde*. 25. 1. 10.15603/2176-1019/mud. v25n2p1-6,2017.

OLIVEIRA, L. V. e. O significado e a vivência da maternidade para presidiárias. 2013. 73f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - PPGSP) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

VILLAGRÁN M et al. Velocidad de nombrar y conciencia fonológica en el aprendizaje inicial de la lectura,2010.

ZORNIG, S. Amor materno y cuidado profesional, vol.23, n.3, pp. 542-557,2010.

Apêndice 1 – Avaliação baseada no Critical Appraisal Skills Programme (CASP)

Ítems CASP	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9
1. Houve uma clara declaração dos objetivos da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
2. É uma metodologia qualitativa apropriada?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
3. O design da pesquisa foi apropriado para abordar os objetivos da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
4. A estratégia de recrutamento foi apropriada para os objetivos da pesquisa?	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
5. Os dados foram coletados de uma forma que aborda a questão da pesquisa?	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()

6. O relacionamento entre pesquisador e os participantes foi considerado adequado?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
7. As questões éticas foram levadas em consideração?	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
8. A análise de dados foi suficientemente rigorosa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
9. Existe uma declaração clara das descobertas?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
10. Quão valiosa é a pesquisa?	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (x) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
Total	6	10	8	3	4	6	9	8	7

Ítems CASP	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15	E 16	E 17	E 18
1. Houve uma clara declaração dos objetivos da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
2. É uma metodologia qualitativa apropriada?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
3. O design da pesquisa foi apropriado para abordar os objetivos da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
4. A estratégia de recrutamento foi apropriada para os objetivos da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
5. Os dados foram coletados de uma forma que aborda a questão da pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
6. O relacionamento entre pesquisador	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim () Não ()	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()

e os participantes foi considerado adequado?	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer (X)	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()
7. As questões éticas foram levadas em consideração?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
8. A análise de dados foi suficientemente rigorosa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não X() Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
9. Existe uma declaração clara das descobertas?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
10. Quão valiosa é a pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()
Total	10	5	9	4	8	5	2	3	10

entre pesquisador e os participantes foi considerado adequado?	Não sei dizer ()								
7. As questões éticas foram levadas em consideração?	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)	Sim () Não ()	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()
	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer (X)	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()
8. A análise de dados foi suficientemente rigorosa?	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()					
	Não sei dizer ()								
9. Existe uma declaração clara das descobertas?	Sim (X) Não ()	Sim (X) Não ()	Sim () Não ()	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()	Sim () Não ()	Sim (X) Não ()	Sim () Não ()
	Não sei dizer ()								
10. Quão valiosa é a pesquisa?	Sim (X) Não ()	Sim () Não (X)	Sim (X) Não ()						
	Não sei dizer ()								
Total	10	5	3	8	5	10	6	10	8

Ítems CASP	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33
1. Houve uma clara declaração dos objetivos da pesquisa?	Sim (X)	Sim (X)	Sim ()	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)
	Não ()	Não ()	Não (X)	Não ()	Não ()	Não ()
	Não sei dizer ()	Não sei dizer (X)	Não sei dizer ()			
2. É uma metodologia qualitativa apropriada?	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)
	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()
	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()
3. O design da pesquisa foi apropriado para abordar os objetivos da pesquisa?	Sim (X)	Sim ()	Sim (X)	Sim ()	Sim ()	Sim (X)
	Não ()	Não (x)	Não ()	Não (X)	Não (X)	Não ()
	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()
4. A estratégia de recrutamento foi apropriada para os objetivos da pesquisa?	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim (X)	Sim ()
	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()	Não ()
	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer (X)
5. Os dados foram coletados de uma forma que aborda a questão da pesquisa?	Sim (X)	Sim ()	Sim (X)	Sim (X)	Sim ()	Sim ()
	Não ()	Não (X)	Não ()	Não ()	Não (X)	Não (X)
	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()	Não sei dizer ()

6. O relacionamento entre pesquisador e os participantes foi considerado adequado?	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)
7. As questões éticas foram levadas em consideração?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
8. A análise de dados foi suficientemente rigorosa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
9. Existe uma declaração clara das descobertas?	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não (X) Não sei dizer ()
10. Quão valiosa é a pesquisa?	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim (X) Não () Não sei dizer (X)	Sim (X) Não () Não sei dizer ()	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não () Não sei dizer (X)	Sim () Não () Não sei dizer (X)
Total	8	6	7	4	4	3